

# **INFORMS**

**INFORMATIVO  
MERCO SHIPPING**

**RESUMO INFORMATIVO  
COM AS PRINCIPAIS  
NOTÍCIAS DOS SETORES  
PORTUÁRIO E DE  
NAVEGAÇÃO**

**Edição 073/2022  
Data: 10/06/2022**

## ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

<b>A TRIBUNA DIGITAL (SP)</b> .....	<b>4</b>
COMITIVA PORTO & MAR 2022 VISITARÁ PORTO DE ROTERDÃ, NA HOLANDA .....	4
<b>ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS</b> .....	<b>5</b>
SETOR PORTUÁRIO MOVIMENTA 375,7 MILHÕES DE TONELADAS NO PRIMEIRO QUADRIMESTRE .....	5
<b>GOV.BR – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - DF</b> .....	<b>6</b>
NOVO TERMINAL RODOFERROVIÁRIO VAI BENEFICIAR ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO DE AÇÚCAR DO TRIÂNGULO MINEIRO ....	6
BALNEÁRIO CAMBORIÚ: ENTREGA DE NOVA PONTE NA BR-101/SC FACILITA ACESSO AO LITORAL CATARINENSE .....	7
<b>GOV – BR – MINISTÉRIO DA ECONOMIA - DF</b> .....	<b>7</b>
SPE DIVULGA PRISMA FISCAL DE JUNHO DE 2022.....	7
SECRETÁRIO EXECUTIVO FALA NA OCDE SOBRE EMPREGOS, PANDEMIA E SEGURANÇA ENERGÉTICA .....	8
PUBLICADA RESOLUÇÃO QUE RECOMENDA QUALIFICAÇÃO DA PETROBRAS NO PROGRAMA DE PARCERIAS DE INVESTIMENTOS .....	9
<b>Brasil quer aprofundar parceria entre membros do Brics</b> .....	<b>9</b>
GOVERNO FEDERAL PROMOVE FÓRUM NACIONAL DAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO.....	10
<b>BE NEWS – BRASIL EXPORT</b> .....	<b>11</b>
EDITORIAL - IMPULSO FERROVIÁRIO .....	11
NACIONAL - HUB – CURTAS .....	11
<i>BRASIL-ESTADOS UNIDOS 1</i> .....	11
<i>BRASIL-ESTADOS UNIDOS 2</i> .....	12
<i>BRASIL-ESTADOS UNIDOS 3</i> .....	12
<i>BRASIL-ESTADOS UNIDOS 4</i> .....	12
<i>AÇÚCAR</i> .....	12
NACIONAL - DRAWBAC PARA EXPORTAÇÕES É PRORROGADO POR MAIS UM ANO .....	12
NACIONAL - COMÉRCIO EXTERIOR DA CHINA CRESCE 9,6% EM MAIO .....	14
NACIONAL - EXPORTAÇÕES DE MILHO DEVEM AUMENTAR 77,8%, APONTA CONAB.....	15
NACIONAL - RELATOR APRESENTA PARECER AO PL QUE LIMITA A APLICAÇÃO DE ICMS .....	16
NACIONAL - NORSUL CRIA ROTA PARA LEVAR BIODIESEL AO NORDESTE.....	17
REGIÃO SUDESTE - ANTT HOMOLOGA CONCESSÃO DO SISTEMA RIO-VALADARES À EcoRODOVIAS.....	18
REGIÃO SUL - CARGA POR TREM CRESCE 6,4% NOS PORTOS DO PARANÁ.....	20
PORTUGAL - PORTOS DO DOURO E LEIXÕES APOSTAM NA ENERGIA DAS ONDAS .....	20
OPINIÃO – ESC - MÉTRICAS PARA A BOA GOVERNANÇA E O EFEVO ACOMPANHAMENTO DE INDICADORES ESG .....	21
<b>O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP</b> .....	<b>23</b>
LEI PRORROGA INCENTIVO FISCAL A EMPRESAS EXPORTADORAS .....	23
DEBATEDORES DIVERGEM SOBRE MODELO DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE PRATICAGEM .....	24
ATENDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DA SPA ESTARÃO SUSPENSOS NOS DIAS 16 E 17 DE JUNHO .....	26
<b>AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS</b> .....	<b>26</b>
AGUILA VAI À ARBITRAGEM CONTRA VENDA DE CAMPOS DA PETROBRAS NA BAHIA .....	26
INSATISFEITO COM PREÇOS, BOLSONARO DERRUBA METADE DO CONSELHO DA PETROBRAS.....	27
BIOGÁS: CHEGOU A HORA DE INVESTIR .....	30
<b>JORNAL O GLOBO – RJ</b> .....	<b>32</b>
PACHECO DIZ QUE CONGELAR PREÇOS NÃO É CAMINHO, MAS PEDE 'FUNÇÃO SOCIAL' DE EMPRESAS .....	32
M. DIAS BRANCO COMPRA JASMINE E AVANÇA NO RAMO DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS .....	34
DEVOLUÇÃO AMIGÁVEL DA CONCESSÃO DO AEROPORTO DE VIRACOPOS PODE VIRAR GUERRA JUDICIAL .....	34
PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS SERÁ A 2ª MAIOR OPERAÇÃO EM BOLSA ESTE ANO. CONFIRA RANKING GLOBAL .....	36
PRÉ-SAL: O QUE ESTÁ EM JOGO NA PROPOSTA DO GOVERNO DE ACABAR COM PARTILHA NA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO.....	38
<b>O ESTADO DE SÃO PAULO - SP</b> .....	<b>39</b>
‘NAVIOS-USINA’ CONTRATADOS A CUSTO BILIONÁRIO ATRASAM E SÓ DEVEM COMEÇAR A GERAR ENERGIA EM AGOSTO .....	39
ASSOCIAÇÃO DE SUPERMERCADOS NEGA CONGELAMENTO DE PREÇOS, MAS SUGERE RENEGOCIAÇÃO COM FORNECEDORES..	41
URUGUAI APOIA POSIÇÃO DO BRASIL SOBRE REDUÇÃO DA TARIFA EXTERNA DO MERCOSUL .....	42
BOLSONARO DIZ QUE TETO DO ICMS ‘TEM TUDO PARA SER APROVADO’ NO CONGRESSO .....	43



# INFORMS

## INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 073/2022  
Página 3 de 56  
Data: 10/06/2022  
[www.mercoshipping.com.br](http://www.mercoshipping.com.br)  
[merco@mercoshipping.com.br](mailto:merco@mercoshipping.com.br)

<b>VALOR ECONÔMICO (SP).....</b>	<b>44</b>
BRASIL BUSCA FREAR NA OMC O PROTECIONISMO AGRÍCOLA.....	44
MINA DE COBRE DE PROPRIEDADE DA CHINA NO PERU REABRIRÁ APÓS PARALISAÇÃO DE 51 DIAS .....	46
AGENDA DE EMPRESAS: ELETROBRAS DEFINE PREÇO DE AÇÃO EM R\$ 42; MME DIVULGA LISTA DE INDICADOS À PETROBRAS .....	47
YARA FECHA MISTURADORA EM GOIÁS E MUDA LOGÍSTICA NO ESTADO .....	49
LEILÃO DE AEROPORTOS DEVE ATRAIR GRANDES OPERADORES .....	50
<b>PORTAL PORTOS E NAVIOS.....</b>	<b>52</b>
GRUPO BUSCA DIÁLOGO PARA REATIVAÇÃO DO ESTALEIRO INHAÚMA.....	52
CONCORRÊNCIA NA CABOTAGEM NÃO JUSTIFICA ABERTURA DESCONTROLADA, AVALIA ABAC .....	54
MINÉRIO DE FERRO FOI GRANDE 'VILÃO' NA QUEDA DO FLUXO DE CARGAS DO PAÍS .....	55
<b>MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA .....</b>	<b>56</b>
MERCOSHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS .....	56



### A TRIBUNA DIGITAL (SP)

## COMITIVA PORTO & MAR 2022 VISITARÁ PORTO DE ROTERDÃ, NA HOLANDA

O bom desempenho do porto está relacionado à alta tecnologia empregada nas operações

Por: *Maurício Martins*



*Porto de Roterdã, na Holanda, é a próxima parada da comitiva Porto & Mar Foto: Porto de Roterdã/Divulgação*

O Porto de Roterdã, na Holanda, é considerado um dos mais eficientes do mundo na movimentação de cargas. O bom desempenho está relacionado à alta tecnologia empregada nas operações, com equipamentos modernos e sistemas automatizados. Os processos implantados no complexo portuário holandês serão conhecidos em detalhes pela comitiva Porto & Mar 2022, que visitará Roterdã entre o próximo domingo (12) e o dia 15, em viagem organizada pelo Grupo Tribuna.

A comitiva, composta por empresários, autoridades e representantes de entidades da área, cumprirá uma agenda técnica, que inclui visitas a terminais. O objetivo é trazer exemplos que possam ser implantados na rotina do Porto de Santos e conhecer as mudanças feitas nos últimos anos.

Um dos que integram o grupo que vai ao complexo holandês é o diretor do Departamento de Gestão e Modernização Portuária da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Otto Luiz Burlier.

“Roterdã é um grande benchmarking (exemplo a ser seguido), principalmente na parte de eficiência, Tecnologia da Informação e inovação. Essa é uma agenda que temos trabalhado para tentar modernizar o sistema portuário brasileiro, principalmente os portos organizados. A ideia é atrair investimentos privados e desestatizar portos, como o de Santos”, diz Burlier.

Para ele, a viagem tem uma agenda completa, que permite uma imersão nas práticas do porto europeu. “Será muito positivo. Esperamos voltar com uma bagagem grande de conhecimento e, no final das contas, aumentar a competitividade do setor portuário brasileiro, buscando a modernização e melhoria do serviço”

### Melhores práticas

O diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Eduardo Nery, que também faz parte da comitiva, acredita que o porto holandês vai abastecer os visitantes de excelentes referenciais. Nery acredita que será possível incorporar as lições no modelo brasileiro.

“Estamos estruturando nossos projetos e nada mais importante do que ir em um dos principais portos dos europeus, assimilar as melhores práticas internacionais e usar na nossa modelagem”.

O diretor da Antaq destaca, ainda, a infraestrutura holandesa. “Há uma ligação seca (túnel) em Roterdã que poderá ser utilizada como referência para o modelo de concessão do Porto de Santos, já que teremos uma entre Santos e Guarujá. E vamos ver as operações de dragagem, essenciais para aprimorar esse serviço nos nossos portos”.

### Terminais modernos

O CEO da Brasil Terminal Portuário (BTP), Ricardo Arten, que também estará em Roterdã, destaca a visita que a comitiva fará a um dos mais modernos terminais de operação de contêineres do mundo, totalmente automatizado. “Precisamos entender como funciona esse terminal e ver, efetivamente, o que ele pode trazer de eficácia nas operações portuárias. É entender a realidade do Porto de Roterdã e ver o que conseguimos adaptar para o Porto de Santos”.

Arten afirma que há expectativa de a BTP implantar guindastes móveis para movimentar contêineres (os chamados RTGs) operados de forma remota, com segurança e eficiência, uma realidade na Holanda. Hoje, em Santos, os funcionários ficam em cabines dentro dos equipamentos

“A BTP trabalha dessa forma: a gente olha qual a tendência mundial e vai atrás. Acho que os outros operadores deveriam fazer o mesmo. Temos a oportunidade de trazer essa modernização para dentro dos nossos portos”.

Ele explica que, até 2032, toda a operação da BTP usará energia limpa, excluindo combustíveis fósseis, dentro das práticas ESG (sigla em inglês para ambiental, social e governança).

### TOC Europe

A comitiva Porto & Mar 2022 participará do TOC Europe, um dos maiores eventos da cadeia logística portuária do mundo, que acontecerá entre os dias 14 e 16 de junho em Roterdã. O evento já tem mais de 3 mil profissionais do setor inscritos, de dezenas de países. O Grupo Tribuna criou um painel exclusivo para a participação brasileira no TOC: três integrantes da comitiva vão falar sobre os portos do Brasil no dia 15, das 15 às 17 horas locais, no complexo de eventos Rotterdam Ahoy.

O empresário Maxwell Rodrigues, apresentador do Porto 360º, da TV Tribuna, e responsável pelo planejamento da viagem, explica que o TOC é uma das maiores feiras internacionais do setor. “Criar um painel do Brasil nos dá a oportunidade de mostrar o que estamos fazendo no setor portuário para o mundo. Invertemos a mão, ao invés de trazer pessoas para falar para o nosso público aqui no Brasil, estamos levando executivos para mostrar o que estamos realizando para o mundo”, diz Maxwell.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 10/06/2022



## ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

### SETOR PORTUÁRIO MOVIMENTA 375,7 MILHÕES DE TONELADAS NO PRIMEIRO QUADRIMESTRE

Navegação Interior registrou crescimento de 7,15%. movimentação de carga geral solta teve alta 26,9% no ano



O setor portuário movimentou 375,7 milhões de toneladas no primeiro quadrimestre de 2022. Os portos privados foram responsáveis por movimentarem 244 milhões de toneladas e os públicos 131,7 milhões. Os dados são do Estatístico Aquaviário da ANTAQ.

Entre os destaques dos portos públicos estão: o Porto de Santos (SP), que movimentou 40,5 milhões de toneladas (+6,2%), e o Porto de Paranaguá (PR), com 16,6 milhões de toneladas (+0,8%). Já os terminais



privados com maior crescimento no período foram: Terminal Aquaviário de Madre de Deus (BA), que movimentou 6,4 milhões de toneladas (+32,3%); seguido pelo Terminal de Tubarão que registrou 18,4 milhões de toneladas (+12,1%) e o Terminal Aquaviário de São Sebastião (SP), com 19,4 milhões de toneladas movimentadas (7,2%).

Em relação aos tipos de navegações, o destaque foi a navegação interior. Entre janeiro e abril foram movimentadas 26,6 milhões de toneladas, registrando um crescimento de 7,15% no comparativo com o mesmo período do ano anterior. Os maiores aumentos no transporte de cargas pelas vias fluviais foram o granel líquido e gasoso (+29,2%), e carga geral (58%)

Em relação às mercadorias, a movimentação de petróleo e derivados, sem óleo bruto teve com alta de 1,1% (27,4 milhões de toneladas); fertilizantes registrou alta de 22,8% (12,1 milhões de toneladas); e ferro e aço com variação positiva de 3,7% (8,1 milhões de toneladas) no primeiro quadrimestre em comparação com igual período de 2021.

Levando-se em conta o perfil de carga, os números mostram que houve um crescimento robusto na movimentação de carga geral solta no ano. Foram movimentados 23,9 milhões de toneladas, aumento de 26,9%.

**Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários**  
**Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ**  
**Fone: (61) 2029-6520**  
**FAX: (61) 2029-6517**  
**E-mail: [asc@antaq.gov.br](mailto:asc@antaq.gov.br)**  
**Data: 10/06/2022**



Ministério da Infraestrutura

## GOV.BR – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - DF

### NOVO TERMINAL RODOFERROVIÁRIO VAI BENEFICIAR ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO DE AÇÚCAR DO TRIÂNGULO MINEIRO

Empreendimento recebeu investimentos de R\$ 95 milhões privados e tem capacidade para movimentar 10 mil toneladas do produto por dia

Com investimento privado de R\$ 95 milhões, o terminal rodoferroviário Comendador Rubem Montenegro Wanderley, na cidade de Iturama (MG), vai possibilitar que o escoamento da produção de açúcar do Triângulo Mineiro ao Porto de Santos (SP) seja mais rápido e eficiente. A inauguração do empreendimento ocorreu nesta quinta-feira (9) com a presença do ministro da Infraestrutura, Marcelo Sampaio.

Anualmente, o terminal deve movimentar de dois milhões de toneladas de açúcar por ano e liga diretamente à Ferrovia Norte-Sul. Localizada na rodovia BR-497, na zona rural de Iturama, o terminal foi projetado para agilizar as operações tanto na recepção de cargas quanto no carregamento. Na parte de recepção rodoviária, o terminal poderá receber até 10 mil toneladas por dia, o que vale a 300 caminhões/dia.

“Para sanar o déficit de infraestrutura do país, é preciso uma combinação de investimentos públicos e privados. A ampliação do transporte ferroviário contribui na redução do custo do frete e da dependência do setor produtivo do transporte rodoviário. Vamos transformar a infraestrutura do país, a vida da população de Minas Gerais e impulsionar os principais setores que movem a economia”, afirmou o ministro.

O terminal rodoferroviário é um investimento da Usina Coruripe para facilitar o escoamento da carga pela Malha Central (Ferrovia Norte-Sul), administrada pela Rumo.

**Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Infraestrutura - DF**  
**Data: 10/06/2022**

### BALNEÁRIO CAMBORIÚ: ENTREGA DE NOVA PONTE NA BR-101/SC FACILITA ACESSO AO LITORAL CATARINENSE

Estrutura sobre o Rio Camboriú faz parte dos investimentos previstos no contrato de concessão firmado entre a União e a Arteris Litoral Sul, que administra a rodovia federal



*Foram investidos R\$ 11,6 milhões na obra, executada em 17 meses - Foto: Arteris/Divulgação*

Com a entrega da ponte sobre o Rio Camboriú, na marginal sul da BR-101/SC, o acesso ao litoral catarinense será facilitado a partir desta quinta-feira (9). Prevista no contrato de concessão da rodovia federal, a nova ponte foi construída pela concessionária Arteris Litoral Sul com o objetivo de garantir fluidez no tráfego e mais segurança na via, impulsionando ainda o turismo da região de Balneário Camboriú.

A estrutura interliga a via marginal e o acesso a dois importantes bairros da cidade, Vila Real e Nova Esperança. "A inauguração da ponte sobre o Rio Camboriú vai solucionar gargalo do trecho urbano do município de Balneário Camboriú. Além de ter uma importância fundamental para a mobilidade da região e para o acesso ao Centro de Eventos", afirmou o ministro da Infraestrutura, Marcelo Sampaio.

Foram investidos R\$ 11,6 milhões na obra, executada em 17 meses. A ponte tem 172,7 metros de comprimento por 10,4 metros de largura, conta com duas faixas de rolamento e passeio compartilhado segmentado para pedestres e ciclistas.

#### Concessão

A Arteris Litoral Sul administra, desde 2008, a concessão regulada e fiscalizada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) na ligação entre as capitais Curitiba (PR) e Florianópolis (SC). Nesse período, já investiu cerca de R\$ 4 bilhões no trecho sob concessão.

Em 2021, foram inauguradas outras importantes intervenções previstas no contrato firmado com a União, como a ponte norte do Rio Camboriú e 15,6 quilômetros de terceira faixa na Grande Florianópolis. Neste momento, a concessionária também executa a maior obra rodoviária em andamento no Brasil: o Contorno de Florianópolis, com conclusão prevista para 2023.

*Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Infraestrutura - DF  
Data: 10/06/2022*



Ministério da Economia

**GOV – BR – MINISTÉRIO DA ECONOMIA - DF**

**SPE DIVULGA PRISMA FISCAL DE JUNHO DE 2022**

Confira as estatísticas para as previsões das variáveis fiscais e a distribuição de frequência

A Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia (SPE/ME) divulgou nesta sexta-feira (10/06) o Relatório Mensal e a Distribuição de Frequência do Prisma Fiscal de junho de 2022.

"O mercado vem consistentemente revisando para baixo suas projeções para a Dívida Bruta do Governo Geral em 2022, alcançando, na coleta deste mês, o valor de 78,9%, se aproximando da estatística mensal divulgada em abril pelo Banco Central, destacou o subsecretário de Política Fiscal, Bernardo de Andrade. "As projeções de Resultado Primário do Governo Central para este



ano vêm sendo revisadas para cima, e a coleta de junho registra projeção mediana de déficit primário na ordem de quase R\$ 12 bilhões, o que representa, aproximadamente, 0,12% do PIB projetado pela Grade de Parâmetros Macroeconômicos", salienta Andrade.

### Relatório Mensal – junho 2022

[https://www.gov.br/fazenda/pt-br/centrais-de-contudos/publicacoes/relatorios-do-prisma-fiscal/relatorio-mensal/2022/relatorio-mensal-2022\\_06.pdf/view](https://www.gov.br/fazenda/pt-br/centrais-de-contudos/publicacoes/relatorios-do-prisma-fiscal/relatorio-mensal/2022/relatorio-mensal-2022_06.pdf/view)

### Prisma Fiscal

O Prisma Fiscal é um sistema de coleta de expectativas de mercado elaborado pela SPE/ME para acompanhar a evolução das principais variáveis fiscais brasileiras: arrecadação das receitas federais, receita líquida do governo central, despesa total do governo central, resultado primário do governo central e dívida bruta do governo geral.

Ele oferece uma oportunidade para o aprimoramento dos estudos fiscais no país, além de facilitar o controle social a partir de uma ancoragem das expectativas quanto ao desempenho destas variáveis.

### Publicações

O Relatório Mensal reúne as estatísticas das previsões enviadas pelas instituições participantes (mediana, média, desvio padrão, mínimo e máximo). Nele também pode ser consultada a média das instituições com o melhor nível de acerto para cada variável.

Já o relatório de distribuição de frequência apresenta, em formato gráfico, a frequência das projeções para cada variável nos últimos três meses.

### Ranking

A SPE divulga, ainda, a relação das cinco instituições com maior precisão em suas previsões para cada variável fiscal, o Podium. A elaboração e divulgação dos rankings, além de trazer reconhecimento às instituições com melhores previsões, busca incentivar o aprimoramento dos modelos preditivos contribuindo para a robustez dos dados divulgados.

### Painel do Prisma Fiscal

Pela consulta ao Painel do Prisma Fiscal, disponível no site da Economia, é possível ter acesso facilitado às expectativas de mercado para as principais variáveis fiscais brasileiras e acompanhar as projeções para arrecadação das receitas federais, despesa total do governo central, resultado primário e dívida bruta do governo geral. A elaboração do painel é mais uma medida para aumentar a transparência e o controle da sociedade sobre as ações do governo.

**Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF**

**Data: 10/06/2022**

## SECRETÁRIO EXECUTIVO FALA NA OCDE SOBRE EMPREGOS, PANDEMIA E SEGURANÇA ENERGÉTICA

Em reunião realizada em Paris, Marcelo Guaranyts aborda resultados positivos alcançados pelo governo no enfrentamento da Covid-19 e na preservação de empregos

O secretário executivo do Ministério da Economia, Marcelo Guaranyts, analisou a evolução do panorama do emprego no Brasil durante a pandemia da Covid-19 e a fase atual de recuperação da economia, ao participar da reunião ministerial da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em Paris, na manhã desta sexta-feira (10/6). Na sessão "Formando um futuro melhor para e com os Jovens", destacou o impacto da crise sobre a taxa de emprego no país, com foco nos jovens, e lembrou iniciativas do governo para preservar vagas de trabalho, que resultam em recuperação robusta da produção desde o fim de 2020.



Ele abordou ainda os resultados positivos do programa BEM para preservação de empregos, os benefícios da digitalização para jovens e adultos, e o foco em medidas que contribuam ao ambiente de trabalho. E lembrou que a recuperação pós-Covid inclui programas de inclusão social.

Na sessão “Fortalecendo a prevenção, preparo e resposta a pandemias para gerações futuras”, em que os participantes comentaram os desafios que os países enfrentaram durante a pandemia, o secretário apresentou a experiência brasileira e o duplo compromisso de salvar vidas e preservar empregos. Ele lembrou que o governo direcionou recursos para saúde e educação, apoiou os mais vulneráveis e promoveu campanha nacional de vacinação que já aplicou mais de 400 milhões de doses. Segundo ele, mais de 95% da população adulta está vacinada e políticas públicas foram aprovadas para responder a futuras crises semelhantes.

### **Metas ambiciosas**

Na Sessão 6, “Uma transição verde para futuras gerações”, também nesta sexta (10/6), Guarany destacou as iniciativas em curso no Brasil que reforçam o compromisso do país com reformas que tornam a economia mais eficiente, o ambiente de negócios mais favorável para o investimento, o aumento da participação de fontes renováveis na matriz energética e observou que “as metas ambientais são ambiciosas”.

Segundo ele, a digitalização dos serviços públicos diminui o consumo de recursos naturais, em país de dimensões continentais. Reafirmou que o Brasil tem capacidade de contribuir na segurança energética e alimentar com base em produção tecnicamente competitiva e ambientalmente sustentável, citou as metas de eliminação do desmatamento ilegal até 2028 e de neutralidade de carbono até 2050, para ilustrar o papel construtivo do país no esforço internacional de negociação sobre mudanças climáticas.

*Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF*

*Data: 10/06/2022*

## **PUBLICADA RESOLUÇÃO QUE RECOMENDA QUALIFICAÇÃO DA PETROBRAS NO PROGRAMA DE PARCERIAS DE INVESTIMENTOS**

Recomendação do Conselho do PPI para incluir a empresa no programa tem o objetivo de coordenar ações e estudos necessários para a avaliar sua privatização

Foi publicada na terça-feira (7/6) a Resolução nº 240/2022 do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (CPPI) recomendando ao Presidente da República a qualificação da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras –, com objetivo de coordenar estudos e ações necessários para avaliação da desestatização da empresa.

Criada em 1967, a Petrobras é uma empresa de economia mista vinculada ao Ministério de Minas e Energia. As ações com direito a voto pertencem, em sua maioria, à União e estão listadas nas bolsas de valores brasileira, americana e espanhola (B3, NYSE e Latibex, respectivamente).

O CPPI deliberou sugerir ao presidente da República ainda a instituição de um Comitê Interministerial, formado por representantes do Ministério da Economia e do Ministério de Minas e Energia, ao qual caberá, entre outras atribuições, coordenar estudos e ações necessários para a avaliação da desestatização da empresa.

*Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF*

*Data: 10/06/2022*

## **BRASIL QUER APROFUNDAR PARCERIA ENTRE MEMBROS DO BRICS**

Posição foi defendida pelo secretário adjunto de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais, João Rossi, em reunião de ministros de Comércio do bloco, nessa quinta-feira (9/6)



O secretário especial adjunto de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia, João Rossi, ressaltou nesta quinta-feira (9/6) a oportunidade de o Brics (grupo que reúne Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) discutir formas pragmáticas de aprofundar a parceria econômica entre seus membros. “Mais do que nunca, é crucial assegurarmos a abertura, eficiência, estabilidade e resiliência das cadeias de abastecimento globais e regionais, considerando o comércio de bens e serviços”, apontou, durante videoconferência da 12ª Reunião de Ministros de Comércio do bloco.

O representante brasileiro destacou que, em 2021, as exportações dos países do Brics para o mundo cresceram 23,4%, atingindo um total de US\$ 4,3 trilhões. Considerando apenas as exportações intra-Brics, o aumento no ano passado foi de 32,6%, chegando a US\$ 451 bilhões. “Esses números demonstram não apenas a força do nosso grupo, mas também indicam o nosso potencial inexplorado”, declarou Rossi.

A reunião tratou de pautas discutidas ao longo do primeiro semestre pelo Grupo de Contato sobre Temas Econômicos e Comerciais (CGETI, na sigla em inglês), copresidido no Brasil pelos Ministérios da Economia e das Relações Exteriores. As autoridades debateram questões como sistema multilateral de comércio e reforma da OMC, economia digital, cadeias de valor, comércio e investimentos para o desenvolvimento sustentável.

### Reunião de Cúpula

O encontro dessa quinta antecede a 14ª Reunião de Cúpula do Brics, a ser realizada nos próximos dias 23 e 24 de junho, também em formato virtual. A Cúpula de 2022 foi divulgada pela presidência de turno chinesa como uma oportunidade de os países-membros trabalharem para promover o espírito de abertura, inclusão e cooperação ganha-ganha, além de fortalecer a cooperação prática em todos os campos e embarcar em uma nova jornada de parcerias do grupo.

*Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF*

*Data: 10/06/2022*

## GOVERNO FEDERAL PROMOVE FÓRUM NACIONAL DAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO

Evento organizado pelo Ministério da Economia está com inscrições abertas e ocorre entre 28 e 30 deste mês, em Brasília

Já estão abertas as inscrições para o VII Fórum Nacional das Transferências da União (FNTU), que será realizado de 28 a 30 deste mês, em Brasília. O novo tema do evento, promovido pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia (Seges/ME), é Gestão, Inovação e Transparência para transformar o Brasil. A expectativa é receber cerca de 400 pessoas presencialmente e mais de seis mil participantes de forma on-line, ao longo dos três dias de programação.

O objetivo do Fórum é aprimorar as competências das pessoas que atuam nas transferências de recursos públicos da União. O evento é direcionado a gestores, servidores, colaboradores e membros de órgãos e entidades públicas e privadas dos três poderes. E envolve gestão e controle, organizações da sociedade civil, entidades municipalistas e demais interessados.

A inscrição pode ser feita a partir de um cadastro no link do evento. Os participantes receberão certificados e terão acesso a palestras e painéis com foco no fortalecimento da governança, melhoria da gestão e do controle para o aprimoramento da execução de políticas públicas. Durante o evento, haverá um local para apresentações e discussões sobre inovações empreendidas, além de compartilhamento de experiências e boas práticas no âmbito das transferências da União.

O FNTU reúne membros da Rede +Brasil, que conta com 197 parceiros, além de outros usuários da Plataforma +Brasil de diversos setores. Somente em 2021, foram celebrados quase 19 mil instrumentos pela Plataforma, o que equivale a mais de R\$ 18 bilhões.



### 7ª edição do FNTU

Inscrições: **Acesse o link do evento** (<https://www.gov.br/plataformamaisbrasil/pt-br/noticias-e-eventos/eventos/proximos-eventos/viifntu>)

Local: Instituto Serzedello Corrêa - ISC, Setor de Clubes Esportivos Sul - SCES Trecho 3 Lote 3, Brasília

Data: De 28 a 30 de junho

Horário: Das 8h às 18h

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF

Data: 10/06/2022



## BE NEWS – BRASIL EXPORT

### EDITORIAL - IMPULSO FERROVIÁRIO

DA REDAÇÃO [redacao@portalbenews.com.br](mailto:redacao@portalbenews.com.br)

O uso do transporte ferroviário tem aumentado nos terminais marítimos do Paraná. A Portos do Paraná, autoridade portuária dos complexos desse estado, registrou uma alta de 6,4% na tonelage de cargas que chegaram ou saíram dessas instalações por trem, no primeiro quadrimestre do ano. Em 2021, foram 2,92 milhões de toneladas.

Já neste ano, 3,11 milhões de toneladas. As mercadorias mais movimentadas foram milho, soja, fertilizantes, derivados de petróleo e aquelas containerizadas, também segundo a Portos do Paraná.

E a empresa ainda faz planos de ampliar sua infraestrutura ferroviária, de modo a incentivar ainda mais a utilização de trens e vagões para o deslocamento das cargas entre os portos e o interior do País.

Estes são números que devem ser comemorados. Um dos grandes desafios da logística brasileira é a sua falta de integração entre os vários meios de transporte e o predomínio do rodoviário nas operações. Mas os dados apresentados pela Portos do Paraná mostram que a situação está mudando.

E essa evolução não melhora apenas as condições logísticas dos complexos marítimos do Estado. Ela também reduz custos, polui menos (relativamente à tonelage movida) e apresenta uma melhor eficiência energética.

O exemplo paranaense deve ser seguido pelas demais autoridades portuárias do País. E esse é um caminho que deve ser incentivado, quer seja por obras ou medidas administrativas, como isenções tarifárias. Mais do que nunca, o futuro logístico dos portos está nos trilhos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 10/06/2022

### NACIONAL - HUB – CURTAS

Por LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES [leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br](mailto:leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br)

### BRASIL-ESTADOS UNIDOS 1

Entrou em vigor ontem o Protocolo sobre Regras Comerciais e de Transparência Brasil-EUA, um pacote comercial firmado pelos dois países e que busca diminuir a burocracia no comércio exterior e o custo das operações de importação e exportação entre eles, além de modernizar a regulamentação dessas transações. A medida foi comemorada pela iniciativa privada, por facilitar a compra e venda de mercadorias entre o Brasil e seu segundo maior parceiro comercial.

### **BRASIL-ESTADOS UNIDOS 2**

Entre os avanços que são obtidos com o protocolo, está a determinação de que, desde ontem, diante de um “erro menor” em uma transação aduaneira, a Receita Federal não pode penalizar um importador sem, antes, notificá-lo para corrigir a irregularidade.

### **BRASIL-ESTADOS UNIDOS 3**

Para o Ministério da Economia, a parte do protocolo que trata da facilitação do comércio é “o texto mais avançado negociado nessa área pelo Brasil, indo além, em diversos aspectos, do Acordo sobre Facilitação de Comércio (AFC) da OMC (Organização Mundial do Comércio)”. Já o trecho sobre boas práticas regulatórias é, na prática, o primeiro acordo com cláusulas vinculantes adotado no País.

### **BRASIL-ESTADOS UNIDOS 4**

O protocolo foi assinado em 19 de outubro de 2020, mas entrou em vigor ontem, com a promulgação do Decreto Presidencial 11.092/2022, publicado no Diário Oficial da União de quinta-feira.

### **AÇÚCAR**

O transporte de açúcar do Triângulo Mineiro ao Porto de Santos poderá ser realizado de forma mais rápida e eficiente, com o início das atividades do terminal rododiferroviário Comendador Rubem Montenegro Wanderley, localizado em Iturama (MG), Representando um investimento privado de R\$ 95 mi, a unidade foi inaugurada na última quinta-feira, com a participação do ministro da Infraestrutura, Marcelo Sampaio. O terminal é empreendimento da Usina Coruripe para facilitar o escoamento da carga pela Malha Central (Ferrovia Norte-Sul), administrada pela Rumo.

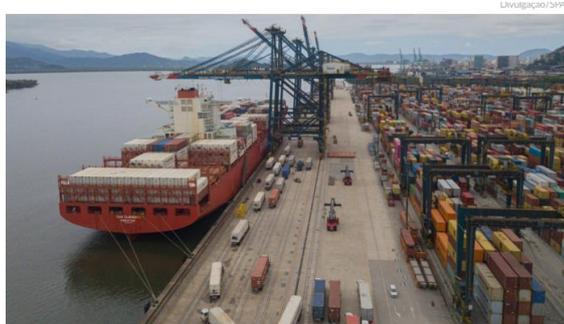
*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT*

*Data: 10/06/2022*

### **NACIONAL - DRAWBAC PARA EXPORTAÇÕES É PRORROGADO POR MAIS UM ANO**

O Governo Federal sancionou a Lei nº 14.366, de concessão de isenção e suspensão de alguns tributos sobre materiais utilizados para a fabricação de mercadorias destinadas ao comércio internacional

*Por BÁRBARA FARIAS barbara@portalbenews.com.br*



**A NOVA LEI PERMITE AINDA A DESONERAÇÃO DO ADICIONALAO FRETE PARA A RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE (AFRMM), INCIDENTE SOBRE AS IMPORTAÇÕES DE INSUMOS NO ÂMBITO DO REGIME DE DRAWBACK ISENÇÃO. A MEDIDA ENTRARÁ M VIGOR EM 1º DE JANEIRO DE 2023**

**Segundo a Secex, em 2021 foram exportados US\$ 61 bilhões com o emprego de drawback, o que representa 21,9% das vendas externas totais do Brasil no período**

Exportadores brasileiros poderão realizar operações relacionadas aos regimes de drawback por mais um ano. O presidente da República, Jair Bolsonaro, sancionou na última quarta-feira (8) a Lei nº14.366, que permite a prorrogação excepcional. Por meio da medida, o Governo Federal concede isenção e suspensão de alguns tributos sobre materiais utilizados para a fabricação de mercadorias destinadas à exportação.

A legislação vai beneficiar mais de 2,5 mil empresas brasileiras. A quantidade leva em consideração as companhias que utilizaram o regime em 2021: segundo o Sistema Integrado de



Comércio Exterior (Siscomex), nesse ano, 1.961 usaram para a suspensão dos tributos e 696, para isenção.

Com a prorrogação, o Governo quer estimular as exportações e reduzir os impactos da atual crise global. “Tendo em vista a continuidade dos efeitos da pandemia de Covid-19 sobre a economia mundial — sobretudo os impactos gerados na cadeia global de suprimentos, agravados mais recentemente pelo conflito militar na Ucrânia —, a prorrogação de prazos para cumprimento dos regimes de drawback suspensão e isenção é uma ação fundamental para evitar consequências desfavoráveis às empresas brasileiras que produzem e exportam os seus produtos para outros países”, afirmou o secretário de Comércio Exterior do Ministério da Economia, Lucas Ferraz.

Segundo a Secretaria de Comércio Exterior (Secex), em 2021 foram exportados US\$ 61 bilhões com o emprego do mecanismo de drawback, o que representa 21,9% das vendas externas totais do Brasil no período. A extensão de prazo autorizada pela nova lei foi originalmente apresentada pelo Governo Federal por meio da Medida Provisória nº 1.079, de 14 de dezembro de 2021, e abrange tanto os atos concessórios de drawback com vencimento em 2021 como aqueles com validade até 2022.

### ***Desoneração nas importações***

Outra importante novidade adotada com a sanção da nova lei é a desoneração do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM), incidente sobre as importações de insumos no âmbito do regime de drawback isenção. Para atender às normas sobre responsabilidade fiscal do País, a medida entrará em vigor em 1º de janeiro de 2023.

Até a metade de 2018, o Governo Federal concedia a isenção do AFRMM exigido sobre as compras de mercadorias importadas dentro dos regimes de drawback suspensão e isenção. No entanto, o entendimento acerca da matéria mudou e o tributo começou a ser cobrado no contexto do drawback isenção.

Agora, o novo dispositivo sancionado soluciona o problema de discriminação e incongruência fiscal entre os diferentes regimes de drawback, ao restabelecer a harmonização do tratamento de desoneração do AFRMM. A medida aumenta a competitividade externa das empresas brasileiras, a partir da redução do custo de aquisição de itens utilizados na produção de bens que serão exportados.

Os dados da Secex mostram que o número de empresas que utilizam o drawback isenção está em crescimento, passando de 332 em 2015 para 696 no ano passado.

### **Investigação de origem**

A lei sancionada também revoga o artigo 38 da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, que regulava a concessão de licença de importação em operações sujeitas a investigação de origem não preferencial. Pelo artigo, a licença somente seria aprovada após a conclusão da investigação, que ocorre quando há suspeitas de falsa declaração do país de origem pelos importadores para evitar o pagamento de medidas de defesa comercial – como os direitos antidumping - impostas pelo Governo brasileiro.

A revogação foi necessária para ajustar os procedimentos à Lei do Ambiente de Negócios (Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021), que eliminou a exigência desse licenciamento na hipótese de investigação e reforçou a aplicação de penalidades em caso de serem detectadas condutas ilícitas na importação.

### **Remuneração do FATCambioal**

Em outra frente, a nova lei moderniza a legislação brasileira para acompanhar as mudanças no cenário financeiro internacional. Segundo a secretária-executiva da Câmara de Comércio Exterior do Ministério da Economia, Ana Paula Repezza, com a descontinuidade de divulgação da taxa Libor e a migração das principais agências de crédito à exportação para outras taxas, foi

necessária uma atualização dos indicadores financeiros no âmbito dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) utilizados para apoio à exportação, por meio das linhas de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

“O novo normativo permite a continuidade do apoio oficial, mas com um aprimoramento, já que o BNDES passa a contar com fundos remunerados a taxas alinhadas à prática internacional, com a possibilidade de concessão de empréstimos em qualquer moeda de livre conversibilidade, contribuindo, assim, para a competitividade das exportações brasileiras”, explicou Repezza.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 10/06/2022**

## NACIONAL - COMÉRCIO EXTERIOR DA CHINA CRESCE 9,6% EM MAIO

A Administração Geral das Alfândegas da China divulgou ainda o aumento de 8,3% no volume total de exportações e importações nos primeiros cinco meses do ano, em comparação a igual período do ano anterior

Por **BÁRBARA FARIAS** [barbara@portalbenews.com.br](mailto:barbara@portalbenews.com.br)



DE ACORDO COM A ADMINISTRAÇÃO GERAL DAS ALFÂNDEGAS, PRODUTOS MECÂNICOS E ELÉTRICOS PUXARAM AS EXPORTAÇÕES COM UM AUMENTO DE 7%, REPRESENTANDO 57,2% DO TOTAL. JÁ PRODUTOS INTENSIVOS DE MÃO DE OBRA VÊM EM SEGUNDO LUGAR, COM ELEVAÇÃO DE 11,6% NOS EMBARQUES PARA O EXTERIOR NOS PRIMEIROS CINCO MESES DO ANO

**As exportações registraram um aumento de 11,4% e as importações, de 4,7%, no período de janeiro a maio, comparado aos primeiros cinco meses do ano passado**

O comércio exterior chinês apresenta crescimento pelo segundo mês consecutivo. As exportações e as importações subiram 9,6% em maio, em comparação a igual mês do ano anterior, totalizando 3,45 trilhões de yuans, segundo a Administração Geral das Alfândegas da China. Em abril, o volume de embarques e desembarques apresentou um ligeiro aumento de 0,1%.

Conforme o órgão oficial, nos primeiros cinco meses do ano, o volume de comércio exterior do país cresceu 8,3% em comparação ao período de janeiro a maio de 2021, chegando a 16,04 trilhões de yuans, superando o crescimento de 7,9% registrado no período de janeiro a abril.

Em termos de dólares norte-americanos, o comércio exterior total chegou a US\$2,51 trilhões no período de cinco meses, um aumento anual de 10,3%.

As exportações registraram um aumento de 11,4% no período de janeiro a maio, comparado aos primeiros cinco meses do ano passado, enquanto as importações expandiram 4,7%, resultando em um superavit de 1,84 trilhão de yuans.

De acordo com a Administração Geral das Alfândegas, produtos mecânicos e elétricos puxaram as exportações com um aumento de 7%, representando 57,2% do total. Já produtos intensivos de mão de obra vêm em segundo lugar, com elevação de 11,6% nos embarques para o exterior nos primeiros cinco meses do ano.

As trocas comerciais entre a China e seus três maiores parceiros também subiram neste ano em comparação ao ano anterior, segundo o governo: de 8,1% com a Associação das Nações do Sudeste Asiático, de 7% com a União Europeia e de 10,1% com os Estados Unidos.



De janeiro a maio, o comércio da China com os países do Cinturão e Rota saltou 16,8% em termos anuais, para 5,11 trilhões de yuans.

As empresas privadas registraram crescimento acelerado com suas importações e exportações subindo 11,8%, totalizando 7,86 trilhões de yuans nos cinco meses, o que representa 49% do total do país e um aumento de 1,5% em relação ao mesmo período do ano passado.

### **Lockdown: relaxamento e retomada**

Vale lembrar que, apesar do lockdown imposto em março pelo governo chinês para conter a nova onda de Covid-19, os portos nunca foram fechados, mas as operações desaceleraram devido à falta de mão de obra nas zonas portuárias e de motoristas no transporte de cargas, o que provocou congestionamentos de navios e agravou a falta global de contêineres. As operações voltaram a crescer após o relaxamento do lockdown, principalmente em Xangai, onde está situado o maior porto do país.

No entanto, segundo divulgaram agências de notícias, ontem, as cidades de Xangai e Pequim impuseram novas restrições de lockdown após alerta de avanço da Covid-19.

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT*

*Data: 10/06/2022*

### **NACIONAL - EXPORTAÇÕES DE MILHO DEVEM AUMENTAR 77,8%, APONTA CONAB**

Levantamento da Companhia Nacional de Habitação esma um volume de 37 milhões de toneladas neste ano

*Por BÁRBARA FARIAS [barbara@portalbenews.com.br](mailto:barbara@portalbenews.com.br)*

As exportações de milho devem aumentar 77,8% em relação ao ano anterior, com esmava de 37 milhões de toneladas. Os números constam no 9º Levantamento da Safra de Grãos, divulgado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) na última quarta-feira (8).

Em relação ao grão, a Conab prevê uma alta de 7,15% no estoque de passagem, ou seja, no estoque mínimo existente próximo à nova colheita, mesmo com o aumento da demanda internacional pelo cereal brasileiro.

Segundo o levantamento, houve uma recuperação de 32,3% na produção de milho nesta temporada. Com uma produção estável na primeira safra do cereal, próximo a 24,8 milhões de toneladas, a segunda safra do grão tende a registrar uma elevação de aproximadamente 45% se comprada com o ciclo anterior, passando de 60,7 milhões de toneladas para 88 milhões de toneladas. “No entanto, ainda precisamos acompanhar o desenvolvimento das lavouras, principalmente nos estados do Paraná e Mato Grosso do Sul. Nesses locais, a cultura se encontra em estágios de desenvolvimento em que o clima exerce grande influência no resultado. Considerando a segunda safra, cerca de 25,5% do milho do País ainda está sob influência do clima”, explicou o diretor de Informações Agropecuárias e Políticas Agrícolas da Conab, Sergio De Zen.

De acordo com o Progresso de Safra, publicado nesta semana pela estatal, a colheita do cereal de segunda safra está em fase inicial, sendo Mato Grosso o estado com a maior área colhida registrada.

### **Safra 2021/22**

A partir deste levantamento, a Conab esma um novo recorde para a safra brasileira de grãos 2021/22, de 271,3 milhões de toneladas. O volume representa um incremento de 6,2% sobre a temporada anterior, o que significa cerca de 15,8 milhões de toneladas.

### **Alta de 5% nas exportações de trigo**

Já em relação ao trigo, a Conab esma um aumento de 5% nas exportações, referente à safra 2021, comercializada de agosto de 2021 a julho de 2022. Na próxima produção a ser comercializada entre agosto de 2022 e julho de 2023, o incremento nas vendas externas chega a 50%, passando de mil toneladas para 1,5 mil toneladas.

### **Queda nas exportações de soja**

No caso da soja, os esmagamentos da oleaginosa se apresentam em alta. Já as vendas para o mercado externo estão reduzidas, com isso a previsão de embarque do grão foi atualizada para 75,23 milhões de toneladas. Outro destaque é a queda de 415 mil toneladas na esmava de consumo interno de óleo de soja, em relação ao consumo de 2021, acarretada pela menor produção de biodiesel nos quatro primeiros meses de 2022, segundo a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis ANP.

Algodão, arroz e feijão Neste levantamento, a Conab manteve as projeções de importação e exportação da safra 2021/2022 também para algodão, arroz e feijão. Com a manutenção dessas expectativas, os estoques finais para arroz e feijão foram reduzidos, em virtude da amena queda na produção, sendo esmados em aproximadamente 2 milhões de toneladas e 251 mil toneladas respectivamente. No algodão, houve redução no consumo interno, passando de 765 mil para 750 mil toneladas.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 10/06/2022**

## **NACIONAL - RELATOR APRESENTA PARECER AO PL QUE LIMITA A APLICAÇÃO DE ICMS**

Votação do projeto de lei com avaliação do senador Fernando Bezerra deverá acontecer segunda-feira (13)

Por **TALES SILVEIRA** [tales@portalbenews.com.br](mailto:tales@portalbenews.com.br)



**Segundo Bezerra, tanto a União quanto estados e municípios devem fazer um esforço para diminuir tributos sobre os combustíveis**

O senador Fernando Bezerra (MDB-PE) apresentou, nesta quinta-feira (9), o seu relatório do Projeto de Lei Complementar (PLP) 18/2022, que limita a aplicação de alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre combustíveis.

A proposta inclui combustíveis, energia elétrica, comunicações e transporte na categoria de bens e serviços essenciais, o que impede a aplicação de tributos com alíquotas iguais às dos produtos listados como supérfluos.

Entre as principais alterações propostas por Bezerra, que é o relator do PLP no Senado, está a mudança no galho compensatório proposto pelo texto aprovado na Câmara dos Deputados. O projeto aprovado pelos deputados previa que o galho seria acionado caso o estado ou município comprovasse uma perda superior a 5% de arrecadação no recolhimento total do ICMS sobre todos os produtos.

O novo relatório determina que o galho de 5% seja acionado apenas em relação aos bens e serviços definidos dentro do PLP18/2022 – combustíveis, energia elétrica, comunicações e transporte cole-vo. Além disso, a compensação será feita sobre o serviço da dívida e não sobre o estoque.

Durante a leitura de seu voto, Bezerra defendeu que os mecanismos propostos garantirão que a União tenha uma maior participação na compensação dos governos estaduais. Segundo o parlamentar, o governo deverá abrir mão de mais de R\$ 32 bilhões de receita.

“A conta não será exclusivamente paga pelos estados. O sacrifício desses entes federativos não poderia passar sem que a União desse a sua contrapartida. Essa é, ao nosso ver, a grande contribuição do Senado para a proposta”, disse.

Após a leitura do relatório, o plenário partiu para o debate entre os senadores. Todos os parlamentares concordaram sobre a necessidade de combater a alta dos preços dos combustíveis no País. Contudo, não há consenso quanto à forma de compensação para estados e municípios.

Os parlamentares de oposição consideram a medida eleitoreira, que pode prejudicar os governos locais sem surtir o efeito desejado que é baixar os valores na bomba. A maioria defendeu a criação de fundo de equalização usando recursos de dividendos da Petrobras.

Ao final das discussões ficou definido que o projeto deverá ser votado na próxima segunda-feira (13). Até lá os parlamentares poderão propor emendas ao projeto.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 10/06/2022**

## NACIONAL - NORSUL CRIA ROTA PARA LEVAR BIODIESEL AO NORDESTE

Votação do projeto de lei com avaliação do senador Fernando Bezerra deverá acontecer segunda-feira (13)

Por **TALES SILVEIRA** [tales@portalbenews.com.br](mailto:tales@portalbenews.com.br)



**A operação marcou a estreia do fornecimento do biocombustível da BSBIOS para a região Nordeste**

A Norsul, empresa de logística multimodal, criou uma rota inédita de cabotagem para transportar o biodiesel da empresa brasileira BSBIOS, do ECB Group. A viagem foi realizada pelo navio Taruca, em um trajeto que durou 14 dias entre o Porto de Paranaguá, no Paraná, até o Porto de Suape, em Pernambuco.

O processo para a operacionalização da nova rota levou 90 dias e contou com integração das equipes

de ambas as empresas. A operação marcou a estreia do fornecimento do biocombustível da BSBIOS para a região Nordeste.

Ao todo, foram transportados quatro milhões de litros de biodiesel, que saíram da usina da BSBIOS em Marialva, no Paraná, e serão fornecidos a três distribuidoras de combustíveis no Nordeste.

A operação beneficia as duas companhias porque fomenta a expansão dos negócios da BSBIOS ao mesmo tempo em que amplia as rotas da Norsul. “Estamos muito felizes e satisfeitos em desenvolver uma nova rota de mercado a quatro mãos. Chegamos pela primeira vez neste formato com o nosso biodiesel à região Nordeste, ampliando ainda mais a nossa atuação e levando produtos de qualidade e excelência que contribuem para a descarbonização”, disse Leandro Luiz Zat, Diretor Comercial da BSBIOS.

### Zero emissão

O transporte foi feito com neutralização de 100% das emissões de gases de efeito estufa, resultado possível devido ao Programa Carbono Neutro Norsul, que já contabiliza mais de

450.000 toneladas de CO2 neutralizadas desde o início do projeto, em 2020. Com isso, a Norsul é a primeira empresa de cabotagem que opera com zero emissão de carbono no Brasil.

O programa foi certificado internacionalmente e busca ajudar a reverter a tendência de desmatamento na Floresta Amazônica brasileira e evitar a degradação da cobertura vegetal. A ação funciona pela aquisição de créditos de carbono, que são gerados por atividades de conservação na região.

Ao comprar esses créditos, a Norsul diz investir na redução do desmatamento, apoiar a conservação de estoques de carbono e incentivar o desenvolvimento socioeconômico das comunidades locais. Para viabilizar este processo, a Norsul tem como parceira a Biofilica, empresa líder no desenvolvimento de projetos de carbono florestal

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT*

*Data: 10/06/2022*

## REGIÃO SUDESTE - ANTT HOMOLOGA CONCESSÃO DO SISTEMA RIO-VALADARES À ECORODOVIAS

A nova concessionária ofereceu deságio de 3,11% sobre a tarifa básica de pedágio e investirá R\$ 11,3 bilhões em 30 anos de contrato

*Por TALESSILVEIRA [tales@portalbenews.com.br](mailto:tales@portalbenews.com.br)*



*EcoRodovias foi a única proponente do leilão da Rio-Valadares, oferecendo deságio de 3,11% sobre a tarifa básica de pedágio, e investirá R\$ 11,3 bilhões em 30 anos de contrato*

Por unanimidade, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) aprovou, nesta quinta-feira (9), o contrato de concessão do sistema rodoviário BR-116/493/465/RJ/MG, que liga o Rio de Janeiro (RJ) a Governador Valadares (MG). A decisão deverá ser publicada no Diário Oficial da União (DOU) desta sexta-feira (10).

O leilão do trecho aconteceu no dia 20 de maio e foi vencido pelo grupo EcoRodovias Concessões e Serviços S.A, que apresentou desconto de 3,11% na tarifa básica do pedágio.

A empresa ficará responsável pelo investimento de R\$ 11,3 bilhões e custos operacionais de R\$ 9,86 bilhões, o que totaliza cerca de R\$ 21,15 bilhões a serem aplicados ao longo dos 30 anos de concessão. Ao todo, o sistema viário possui 726,9 quilômetros de extensão.

Conforme o edital, são esmados R\$ 4 bilhões para obras e intervenções na BR 116/RJ; R\$ 1,5 bilhão para a BR 493/RJ, conhecida como Arco Metropolitano; R\$ 300 milhões para a BR-465/RJ; e R\$ 5,5 bilhões para a BR-116/MG.

Segundo o contrato de concessão, na Serra de Teresópolis (RJ) está prevista a ampliação da capacidade da rodovia em 7,7 quilômetros, como forma de aumentar a segurança e a fluidez no trânsito e diminuir o impacto ambiental na região.

“Mais um avo leiloado de forma exitosa em parceria com o Ministério da Infraestrutura e a EPL (Empresa de Planejamento de Logística). É uma rodovia de extrema importância para os estados do Rio e Minas Gerais. Foi todo um esforço da nossa procuradoria para a manutenção do leilão”, disse o relator, diretor Guilherme Rodrigues, ao pronunciar seu voto pela aprovação do contrato de concessão.

### Seis trechos



A Rio-Valadares é dividida em seis trechos que cortam 37 municípios, sendo 14 no estado do Rio de Janeiro e 22 em Minas Gerais. A rodovia é considerada estratégica pela extensão e pelo volume de tráfego. Também é a única rota disponível, a partir da capital fluminense, para contornar a Baía de Guanabara. O trecho permite o acesso à Região dos Lagos e ao norte do estado.

Ao longo dos trinta anos, a EcoRodovias deverá realizar obras e intervenções como 309 quilômetros de duplicações e 245,2 quilômetros de faixas adicionais; 61 quilômetros de vias marginais; 775 acessos; três áreas de escape; 75 passarelas; 462 pontos de ônibus e 68 passagens de fauna. A esmava é que as obras gerem cerca de 155 mil empregos diretos, indiretos e efeito-renda.

### Inovações

A concessão possuiu uma série de inovações trazidas pelos novos editais produzidos pela agência. Destaque para a tarifa diferenciada de pista dupla e simples. As Tarifas Básicas de Pedágio (TBP) definidas são de R\$0,16092 por quilômetro para pista simples, sendo a pista duplicada de R\$ 0,22528 por quilômetro (40% maior em relação à tarifa de pista simples).

Na modelagem, está previsto que as tarifas de pedágio sejam reduzidas de forma progressiva. Assim como será adotado o sistema FreeFlow de cobrança por livre passagem na Região Metropolitana do RJ a partir do sexto ano de vigência. Novo Procurador Essa foi a primeira reunião de diretoria com o novo procurador geral da ANTT junto à Advocacia-Geral da União (AGU), Mauro Sérgio Moreira. A cerimônia de posse havia acontecido na última quarta-feira (8).

O novo procurador assume um cargo que tem como atribuição representar a ANTT perante a Justiça, além de respaldar juridicamente os processos técnicos da agência.

- Rodovia BR-116/RJ

Trecho compreendido entre o entroncamento com a BR-101/RJ (Trevo das Margaridas), no município do Rio de Janeiro (RJ), e o entroncamento com a BR-465, em Seropédica (RJ) (46,6 km);

- Rodovia BR-116/RJ

Trecho compreendido entre o entroncamento com a BR-393, no distrito de Jamapar (RJ), e o entroncamento com a BR040(A)/493(B)/RJ-109, em Duque de Caxias (RJ) (146,3 km);

- Rodovia BR-116/MG

Trecho compreendido entre o entroncamento com a BR-381/451, em Governador Valadares (MG), e a divisa dos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro (409,6 km);

- Rodovia BR-493/RJ

Trecho compreendido entre o entroncamento com a BR-101 (Manilha), em Itaboraí (RJ), e o entroncamento com a BR-116 (Santa Guilhermina), em Magé (RJ) (26,0 km);

- Rodovia BR-493/RJ

Trecho compreendido entre o entroncamento com a BR-040/116(B), em Duque de Caxias (RJ), e o Porto de Itaguaí (RJ) (75,6 km);

- Rodovia BR-465/RJ

Trecho compreendido entre o entroncamento com a BR-116 e o entroncamento com a BR-101 (22,8 km).

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 10/06/2022**

### REGIÃO SUL - CARGA POR TREM CRESCE 6,4% NOS PORTOS DO PARANÁ

Em 2022, foram escoados por este modal 3,11 milhões de toneladas, contra 2,92 milhões registrados em 2021.

Por **VANESSA PIMENTEL** [vanessa@portalbenews.com.br](mailto:vanessa@portalbenews.com.br)



**DUAS OBRAS DO ESTADO COM O OBJETIVO DE FOMENTAR AINDA MAIS O TRANSPORTE FERROVIÁRIO SÃO A NOVA FERROESTE E O PROJETO CAIS LESTE (MOEGÃO), EM FASE DE LICITAÇÃO**

**Os produtos que mais aumentaram a participação no modal ferroviário foram milho, soja, fertilizantes, derivados de petróleo e contêineres.**

O volume de carga que chega e sai por trilhos dos portos de Paranaguá e Antonina, no Paraná, aumentou 6,4% no primeiro quadrimestre deste ano, se comparado ao mesmo período do ano passado. Em 2022, foram escoados por este modal 3,11 milhões de toneladas, contra 2,92 milhões registrados em 2021.

O total de cargas movimentadas pelos complexos também subiu. De janeiro a abril de 2022 foram contabilizadas 18,69 milhões de toneladas, acréscimo de 2,23% sobre 2021, com 18,28 milhões.

Os produtos que mais aumentaram a participação no modal ferroviário foram milho, soja, fertilizantes, derivados de petróleo e contêineres. “Em trens, recebemos milho, soja, farelos, algumas cargas em contêineres – como o frango e açúcar, em produtos destinados à exportação”, explicou o diretor de Operações, Luiz Teixeira da Silva Júnior.

Segundo ele, no sendo contrário, saem para o interior em vagões, principalmente, fertilizantes, algum volume de carga containerizada e derivados de petróleo.

No primeiro quadrimestre do ano passado, 7% do volume de milho exportado pelo Porto de Paranaguá chegou em vagões. Neste ano, subiu para 11%. De soja, passou de 28% para 29%. Entre os fertilizantes destinados para o interior, essa participação foi de 2% para 5%. “A alta no transporte dos derivados de petróleo e dos contêineres em vagões destaca-se ainda mais”, comentou Teixeira. Do líquido, de nenhum volume chegando ou saindo de trem, de janeiro a abril de 2021, passou para uma participação de 12% no modal.

Já entre as cargas em contêineres, 13% de todo o volume movimentado no período (3.771.363 toneladas) chegou ou saiu do porto pela ferrovia, no primeiro quadrimestre do ano. No ano passado, foram 8% do total de 3.680.683 toneladas.

“Temos projetos avançando para aumentar ainda mais a participação do modal ferroviário nos portos do Paraná”, mencionou o diretor de Operações. “Por exemplo, a Klabin se instalando no terminal na área portuária trará de volta o trem até o costado”.

Duas obras do Estado com o objetivo de fomentar ainda mais esse transporte são a Nova Ferroeste e o projeto Cais Leste (Moegão), em fase de licitação.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 10/06/2022

### PORTUGAL - PORTOS DO DOURO E LEIXÕES APOSTAM NA ENERGIA DAS ONDAS

Autoridade portuária planeja investir em um núcleo que produza energia oriunda da força das ondas, além de um parque eólico e um solar

Por **VANESSA PIMENTEL** [vanessa@portalbenews.com.br](mailto:vanessa@portalbenews.com.br)



Segundo o presidente da APDL, Nuno Araújo, o investimento varia de 3 milhões a 15 milhões de euros e vai alavancar a meta de neutralizar a emissão de carbono das instalações e das operações portuárias do Douro e Leixões

A Administração dos Portos do Douro e Leixões (APDL), de Portugal, quer ser autossuficiente na geração de energia e neutralizar a emissão de gases até 2035. Para isso, planeja investir em um núcleo que produza energia oriunda da força das

ondas, chamada de ondo motriz, além de um parque eólico e um solar.

Para aproveitar a potência das ondas, serão usadas dezenas de flutuadores amarrados ao molhe norte da foz do Douro, cuja agitação marítima acionará a geração de energia elétrica, registrando uma potência de um a cinco megawatts (MW), podendo produzir até 15 gigawatt-hora (GWh) de força por ano.

Segundo o presidente da APDL, Nuno Araújo, o investimento varia de 3 milhões a 15 milhões de euros e vai alavancar a meta de neutralizar a emissão de carbono das instalações e operações portuárias, incluindo o fornecimento de energia aos navios atracados, o que eliminará o atual método, que usa geradores a diesel.

Porém, o projeto sofreu críticas de arquitetos que estiveram presentes na primeira sessão de apresentação da ideia, realizada em março pela APDL. De acordo com os presentes, haverá grande impacto visual na paisagem do estuário, causado pelos flutuadores e equipamentos necessários para transformar a força das ondas em energia. Além disso, eles citaram que é preciso preservar a memória cultural dos povos locais.

A simulação do projeto aos convidados foi feita pela empresa sueca Eco Wave Power (EWP), que trabalha com soluções tecnológicas neste sentido. Mas a APDL abriu, em 14 de fevereiro, uma consulta pública para que outras companhias do setor apresentem suas propostas.

O projeto da APDL que visa produzir um “mix” de energias renováveis a partir das ondas, do vento e do sol, já tem três anos. O estudo foi feito em um concurso internacional oferecido pelo Estado, no qual os portos portugueses participaram.

No momento, segundo a autoridade portuária, há somente um processo de discussão preparatório que inclui ouvir a população e todos os interessados antes de qualquer processo de estudo de impactos, consulta pública e licenciamento.

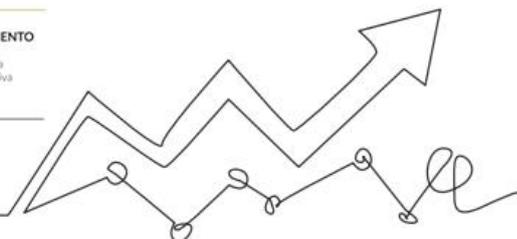
A APDL planeja também uma possível instalação de aerogeradores na zona do porto de Leixões, com o objetivo de produzir energia eólica, bem como a instalação de painéis solares.

Além do autoconsumo para as atividades portuárias diárias, a APDL quer usar a energia limpa destas soluções em seu projeto de produção de hidrogênio verde.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 10/06/2022**

**OPINIÃO – ESC - MÉTRICAS PARA A BOA GOVERNANÇA E O EFEVO  
ACOMPANHAMENTO DE INDICADORES ESG**



Teoria e prática, planejamento e aplicação. O alinhamento e a combinação desses fatores são medidas basilares quando falamos em alcançar metas efetivas, o que não poderia ser diferente quando tratamos do tema ESG. No contexto da sustentabilidade, para além de estipular e divulgar referidas metas – teoria e planejamento – é necessária a adoção de formas concretas de se mensurar o cumprimento e a efetividade dos compromissos sustentáveis assumidos pelas empresas – prática e aplicação.

É nesse sendo que, anualmente, companhias de capital aberto divulgam ao mercado seus respectivos relatórios de sustentabilidade, fornecendo informações à sociedade acerca das práticas e dos avanços na agenda sustentável, seja pela apresentação de seus projetos ou pela demonstração de dados e números concretos.

Além de proporcionar ao mercado e ao setor público – em especial aos órgãos reguladores – os elementos necessários para avaliação do progresso das empresas nos abrangentes temas de sustentabilidade, os relatórios viabilizam aos investidores – cada vez mais voltados para negócios sustentáveis – a transparência das ações ESG e dos resultados alcançados por estas instituições.

Ponto fundamental desses relatórios, portanto, é a divulgação das métricas empregadas pelas companhias, utilizadas para acompanhamento e controle das metas e projetos por elas estipulados. São essas métricas que, igualmente, irão fundamentar e esclarecer todos os indicadores (KPIs) de sustentabilidade divulgados, direcionados pelos valores, objetivos e ramos de atuação de cada uma dessas empresas.

Em termos ambientais, a métrica mais utilizada, e normalmente mais amplamente divulgada, é a de controle e verificação das emissões dos Gases de Efeito Estufa (GEE), por meio das pegadas de carbono – do inglês carbon footprints. Não obstante, diversas companhias ampliam ainda mais o seu comprometimento, adotando critérios de eficiência hídrica, utilizando-se de adequadas técnicas de gestão de resíduos, e desenvolvendo, outrossim, tecnologias para uso eficiente de recursos naturais. Para mais, são também utilizadas métricas relacionadas à reciclagem de materiais e ao investimento na criação de produtos mais sustentáveis aos consumidores. Não podemos, no entanto, desconsiderar tantas outras métricas ambientais utilizadas, como é o caso do controle da performance ambiental, por meio da realização de auditorias acerca do cumprimento de normas nacionais e internacionais, como ISO, OHSAS e SASSMAQ, bem como a realização de ações de conscientização ambiental, para os ambientes interno – colaboradores e administradores – e externo – shareholders e stakeholders – da companhia.

Em complemento, outra importante medida são as diligências adotadas pelas companhias em casos emergenciais, como em situações, por exemplo, de vazamentos de óleo e substâncias químicas, nocivas ao meio ambiente e à biodiversidade. Igualmente relevante, temos a métrica relacionada ao constante monitoramento do cumprimento da legislação e regulação ambiental.

Com relação às métricas de caráter social, observamos a adoção, pelas companhias, de medidas de segurança do trabalho, além da execução de construções sustentáveis para adequações dos locais de trabalho, levando-se em conta importantíssimos fatores atuais, o trabalho remoto e o home office. Projetos para desenvolvimento dos colaboradores, oferecimento de treinamentos e cursos técnicos, incentivo a jovens aprendizes e políticas de diversidade e inclusão também ganham destaque das empresas que apresentam métricas dimensionáveis.

Outro assunto em evidência são as ações tomadas para o aumento do número de mulheres em cargos de liderança, em especial em cadeiras da alta gestão e administração dentro das companhias, com a adoção, por exemplo, dos Women Empowerment Principles.

No que diz respeito às métricas relacionadas à seara da governança, percebemos a divulgação, pelas companhias, dos organogramas de suas estruturas internas voltadas especificamente à sustentabilidade, como Diretorias, Conselhos e Comitês de Sustentabilidade. Além disso, é certo que a própria divulgação anual do relatório de sustentabilidade, construído com base na metodologia do Global Reporting Initiative (GRI), é um excelente e importante indicador de boa governança.

Ademais, é métrica largamente mensurável a listagem da companhia no segmento do Novo Mercado da B3. Tal segmento indica as empresas que seguem as melhores práticas voltadas para desenvolvimento social, padrão “ouro” de governança corporativa e gestão responsável do meio ambiente.

Por fim, merece atenção especial a indicação, pela companhia, de que suas ações integram a carteira de avos do índice S&P/B3 Brasil ESG, que tem como requisitos obrigatórios a serem observados a adesão ao Pacto Global e a não participação em setores como os de armas, tabaco e carvão térmico. Para integrar essa carteira de avos, a empresa deve atingir determinada pontuação ESG da S&P DJI referente à avaliação de sua sustentabilidade corporativa, além de manter elevados padrões de transparência perante os seus stakeholders.

**PONTO FUNDAMENTAL DESSES RELATÓRIOS, PORTANTO, É A DIVULGAÇÃO DAS MÉTRICAS EMPREGADAS PELAS COMPANHIAS, UTILIZADAS PARA ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DAS METAS E PROJETOS POR ELAS ESTIPULADOS. SÃO ESSAS MÉTRICAS QUE, IGUALMENTE, IRÃO FUNDAMENTAR E ESCLARECER TODOS OS INDICADORES (KPIs) DE SUSTENTABILIDADE DIVULGADOS, DIRECIONADOS PELOS VALORES, OBJETIVOS E RAMOS DE ATUAÇÃO DE CADA UMA DESSAS EMPRESAS**

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT  
Data: 10/06/2022



## O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

### LEI PRORROGA INCENTIVO FISCAL A EMPRESAS EXPORTADORAS

Informação: Agência Senado (10 de junho de 2022) - Por Mateus Souza, sob supervisão de Sheyla Assunção

Agência Senado (Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)



Contêineres no Porto de Paranaguá (PR) – Foto: Fabio Scremin/APPA

Foi sancionada na quarta-feira (8) a Lei 14.366, que prorroga por mais um ano os prazos de regimes aduaneiros especiais de drawback, incentivos fiscais dados a empresas exportadoras quando compram matérias-primas e mercadorias para o processo produtivo. O intuito é tornar os produtos exportáveis mais competitivos no mercado internacional.

A nova lei teve origem na Medida Provisória (MP)



1.079/2021, aprovada pelo Senado na forma de Projeto de Lei de Conversão (PLV) em 12 de maio. Os prazos foram prorrogados, anteriormente, pela Lei 14.060, de 2021, derivada da MP 960/2020.

O governo federal justificou que a medida tem o objetivo de amenizar os efeitos econômicos da pandemia de covid-19 sobre a cadeia produtiva. Um dos efeitos citados foi a diminuição da demanda, que poderia prejudicar as empresas exportadoras.

Para contar com o benefício — que abrange tributos como Imposto de Importação, Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), PIS e Cofins —, a empresa precisa se habilitar na Secretaria de Comércio Exterior do Ministério da Economia, responsável pela concessão do drawback, que define um prazo para a exportação ser efetivada, sob pena de pagamento dos tributos devidos.

### **Mudanças**

O texto permite a prorrogação para os atos de concessão que finalizem nos anos de 2021 e 2022. A proposição também determina que a partir de 1º de janeiro de 2023 serão isentas do pagamento do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) as cargas com mercadorias importadas sob o regime de drawback.

O relator, deputado Carlos Chiodini (MDB-SC), incluiu outro tema, referente a taxas que podem ser utilizadas para o pagamento de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) que forem aplicados em operações de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Os recursos ficam disponibilizados para projetos de produção ou comercialização de bens e serviços, inclusive os relacionados à atividade turística, com reconhecida inserção internacional. A Lei 9.365, de 1996, prevê que 20% dos recursos do FAT irão para o banco aplicar nessa finalidade e define a vinculação dos pagamentos do financiamento ao dólar ou ao euro. No entanto, uma inovação incluída na MP permite o uso de outra moeda de livre conversibilidade definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Quanto às taxas internacionais para corrigir as prestações, o texto inclui novas possibilidades:

- se o contrato estiver em dólar: a Secured Overnight Financing Rate (SOFR), a London Interbank Offered Rate (Libor), a Taxa de Juros dos Títulos do Tesouro dos Estados Unidos da América (Treasury Bonds) ou outra taxa de referência que venha a ser definida pelo CMN;
- se o contrato estiver em euro: a Euro Short-Term Rate (ESTR), a Euro Interbank Offered Rate (Euribor), a taxa representativa da remuneração média de Títulos de Governos de Países da Zona Econômica do Euro (Euro Area Yield Curve AAA) ou outra taxa de referência que venha a ser definida pelo CMN;
- quando o contrato estiver em outras moedas conversíveis, a taxa definida pelo CMN.

*Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo*

*Data: 10/06/2022*

### **DEBATEDORES DIVERGEM SOBRE MODELO DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE PRATICAGEM**

*Informação: Agência Câmara de Notícias (10 de junho de 2022)*

Debatedores divergiram nesta quinta-feira (9) sobre o modelo de regulação econômica do serviço de praticagem, que define, por exemplo, o preço desse serviço. Representantes de várias entidades envolvidas com o setor participaram de audiência pública promovida pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados. O objetivo da reunião foi discutir os impactos de projetos em análise na Câmara que alteram a atual regulação.

O prático é o profissional responsável por auxiliar os navios a navegarem em entradas de portos, canais e estuários de rios. A atividade é altamente especializada por exigir um conhecimento



minucioso e específico dos acidentes geográficos e pontos característicos dos locais onde os navios são manobrados. Atualmente, a praticagem é regulada pelo Comando da Marinha, que fixa o preço do serviço em cada porto ou hidrovia do País.

O presidente da Associação de Terminais Portuários Privados, Murillo Barbosa, acredita na regulamentação econômica da praticagem como uma forma de dar mais equilíbrio aos custos do serviço, que representam peso considerável, principalmente para as commodities.

Ele citou o exemplo do transporte de bauxita no rio Trombetas, no Pará. “Um navio carrega, em mercadoria, um total de R\$ 8,38 milhões. E o custo da praticagem, de subida e descida dessa embarcação, é de R\$ 1,1 milhão. Isso dá um impacto apenas do custo da praticagem sobre todo o faturamento desse navio, que gasta, de despesa obrigatória, 13% ou pouco mais de 13%. Realmente, esse é um valor extremamente impactante para quem trabalha com commodities no Brasil com preço fixado em bolsa”, afirmou Murillo Barbosa.

Já o vice-presidente do Conselho Nacional de Praticagem, Bruno Fonseca de Oliveira, defendeu o modelo atual do Brasil, que, segundo afirmou, é uma referência mundial. Ele citou o caso do país vizinho, a Argentina, onde houve regulamentação com abertura da concorrência, que teria trazido prejuízo para a qualidade do serviço e elevação dos custos da operação.

“Eu gostaria de trazer o exemplo da Argentina, em que a escala de rodízio único foi quebrada. E o que aconteceu? Redução dos investimentos por parte da praticagem em treinamentos e equipamentos, aumento do número de acidentes e aumento do valor do seguro dos navios”, alertou.

Bruno Fonseca de Oliveira defendeu o sistema atualmente em vigor – Foto: Elaine Menke/Câmara dos Deputados

### **Projeto do governo**

A coordenadora-geral de Navegação do Ministério da Infraestrutura, Karênina Martins, afirmou que o objetivo do projeto apresentado pelo Executivo (PL 757/22) é modernizar setor. A proposta transfere para a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) a regulação econômica do serviço de praticagem.

Segundo Karênina, essa mudança é apenas um primeiro passo para que os atores envolvidos no serviço de praticagem no País possam chegar a um acordo. “Eu vou ter uma regulação econômica pela Antaq, ela não vai ser impositiva, eu não estou trazendo o modelo em que ela vai ser feita. Estou abrindo a discussão”, explicou.

A audiência pública sobre a regulamentação do serviço de praticagem no Brasil foi feita a pedido do deputado Alexis Fonteyne (Novo-SP). Ao final, o parlamentar ressaltou a importância da reunião como forma de os deputados terem mais conhecimento sobre o funcionamento do setor e mais segurança na hora de analisar os projetos.

Karênina Martins: a intenção do governo é abrir a discussão para modernizar o setor – Foto: Elaine Menke/Câmara dos Deputados

A proposta do governo aguarda votação na Comissão de Trabalho, juntamente com outros projetos sobre o tema. O PL 4392/20, de autoria do deputado Alceu Moreira (MDB-RS), também atribui à Antaq competência para atuar na regulação econômica dos serviços de praticagem.

Já o Projeto de Lei 1565/19, do deputado Augusto Coutinho (Republicanos-PE), obriga a Marinha do Brasil a estabelecer uma escala de rodízio com todos os práticos em determinada zona de praticagem.

O relator das propostas é o deputado Silvio Costa Filho (Republicanos-PE).

### Saiba mais sobre a tramitação de projetos de lei

<https://www.camara.leg.br/noticias/573454-SAIBA-MAIS-SOBRE-A-TRAMITACAO-DE-PROJETOS-DE-LEI>

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 10/06/2022

### ATENDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DA SPA ESTARÃO SUSPENSOS NOS DIAS 16 E 17 DE JUNHO

Informação: Santos Port Authority (10 de junho de 2022)

Devido ao feriado de Corpus Christi (quinta-feira, 16 de junho), os atendimentos administrativos da Santos Port Authority estarão suspensos nos dias 16 e 17 (quinta e sexta-feira).

Os serviços essenciais de atendimento ao usuário funcionam em regime de plantão. O Porto de Santos funciona normalmente.

Para casos de emergência, o telefone da Guarda Portuária é (13) 3202-6570.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 10/06/2022



### AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

### AGUILA VAI À ARBITRAGEM CONTRA VENDA DE CAMPOS DA PETROBRAS NA BAHIA

Justiça determina que estatal suspenda alienação do Polo Bahia Terra para consórcio formado pela PetroReconcavo/Eneva

Por *epbr* - 10 de junho de 2022 - Em *Judiciário, Petróleo e gás*



#### Petróleo produção

RIO — A venda do Polo Bahia Terra, conjunto de campos terrestres da Petrobras, foi suspensa pela Justiça após pedido da Aguila Energia e Participações. A companhia teve sua proposta recusada pela estatal e decidiu judicializar o negócio e levar a disputa à arbitragem.

A Petrobras estava negociando a alienação dos ativos para um consórcio formado pela PetroReconcavo e Eneva.

A estatal informou, em março, ter recebido oferta vinculante do consórcio, “dentre outras ofertas, que serão analisadas”. Inicialmente, a Petrobras havia recebido uma proposta superior a US\$ 1,5 bilhão do consórcio formado pela Aguila Energia e Participações e Infra Construtora e Serviços, mas as negociações não tiveram êxito e uma nova rodada para recebimento de ofertas foi aberta.



O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro acatou pedido da Aguila e determinou a paralisação das negociações contratuais. A Petrobras foi intimada na quinta-feira (9/6) e informou, em nota, que “adotará todas as medidas jurídicas cabíveis em prol dos seus interesses e de seus investidores”.

No processo, a Petrobras alega que desclassificou a Aguila porque a concorrente não comprovou lastro financeiro dentro dos prazos definidos em edital.

A Aguila, por sua vez, informou que iniciou procedimento arbitral no dia 30 de maio. Ela argumenta que o consórcio vencedor também não comprovou lastro financeiro suficiente para honrar os compromissos decorrentes da alienação do Polo Bahia. E cita que a PetroReconcavo lançou uma oferta restrita de ações na B3, no valor de R\$ 2,171 bilhões, para, dentre outros fins, financiar a aquisição do ativo na Bahia.

“Ora, se o autor [Aguila] foi excluído porque não comprovou respaldo financeiro adequado à execução do contrato, também não o fez o vencedor do certame”, cita a juíza Simone Gastesi Chevrand, em sua decisão.

Ela fundamenta a urgência da liminar à oferta de ações da PetroReconcavo, que “levará à captação de inúmeros acionistas investidores no negócio, ampliando, sobremaneira, a quantidade de atingidos em razão da adjudicação do certame”.

*Fonte: Agência EPBR de Notícias  
Data: 10/06/2022*

## INSATISFEITO COM PREÇOS, BOLSONARO DERRUBA METADE DO CONSELHO DA PETROBRAS

Veja também: privatização da Eletrobras movimenta R\$ 33,7 bi; e "privatização do óleo da União" pode arrecadar R\$ 398 bi

*Por epbr - 10 de junho de 2022 - Em Combustíveis, Comece seu Dia*

*Editada por André Ramalho  
[andre.ramalho@epbr.com.br](mailto:andre.ramalho@epbr.com.br)*

Você vai ver aqui: Governo apresenta, enfim, a lista de indicados para o conselho de administração da Petrobras, com dez nomes – sendo seis deles novos e sem afinidade com a indústria petrolífera. Se todos forem eleitos, de fato, pode haver uma renovação de mais da metade do colegiado. O que será feito, então, com os preços da estatal? O pacote de redução de impostos, anunciado por Bolsonaro esta semana, pode custar R\$ 64,8 bilhões em 2022 aos cofres da União, mas corre risco de esbarrar na lei eleitoral. Enquanto isso, o Planalto avança com o projeto da venda antecipada do óleo da União, com arrecadação estimada em R\$ 398 bilhões. E com o fim da vinculação do dinheiro ao Fundo Social. Além disso, a privatização da Eletrobras movimenta R\$ 33,7 bilhões.

A dança das cadeiras na Petrobras O Ministério de Minas e Energia (MME) publicou a lista de indicados para a eleição do conselho da estatal. Dos dez nomes sugeridos, serão escolhidos oito membros na próxima Assembleia Geral Extraordinária (AGE) – que será agendada somente após checagem dos indicados pelos órgãos de controle da empresa.

— A assembleia é etapa necessária para que Bolsonaro possa demitir José Mauro Coelho e colocar Caio Paes de Andrade na presidência da Petrobras.

Para o comando do conselho, o governo indicou Gileno Gurjão Barreto, presidente do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), a estatal de serviços digitais.



— A União manteve, na lista, os atuais conselheiros Ruy Schneider (militar de origem) e Márcio Weber (atual presidente do CA e único nome da lista com histórico no setor de óleo e gás). A lista divulgada pelo MME inclui também Juca Abdalla e Marcelo Gasparino – atuais conselheiros, mas que haviam sido indicados, na última eleição, pelos minoritários. Causou estranheza a inclusão dos dois na lista. Segundo o Valor, é uma sinalização de que o Planalto não quer disputar vagas com os minoritários, respeitando o resultado da eleição de abril.

— A lista também confirma a indicação de Jonathas Nery de Castro, secretário-executivo da Casa Civil, pasta sob comando de Ciro Nogueira (PP)

Bolsonaro deixou claro, desde a demissão de José Mauro Coelho, que pretende fazer uma mudança mais profunda na alta administração da companhia – incluindo os membros do conselho e da diretoria.

— E como o novo conselho se comportará sobre os preços da Petrobras? A estatal, sob a gestão de Coelho, tem feito alertas ao governo sobre os riscos de faltar diesel no segundo semestre, diante da escassez do produto no mercado internacional. E que praticar preços de mercado é condição indispensável para garantir a segurança do abastecimento no país.

O governo, contudo, chegou a discutir mudanças, dentre elas mudar o intervalo entre reajustes para até 100 dias. A gasolina está quase lá, passou de 90 dias sem mudanças. E o diesel, sem alteração há um mês, está pressionado.

Entenda: Que poder, de fato, Bolsonaro tem para mudar preços da Petrobras?

— Esta semana, ao anunciar um pacote para redução de impostos, o governo deu sinais de que a estratégia para atenuar os impactos do avanço dos preços dos combustíveis partiria da desoneração – e não do controle de preços da Petrobras.

— O plano, contudo, pode esbarrar na legislação eleitoral. A redução de tributos em si não é uma prática proibida, mas há vedação à transferência voluntária de recursos da União para os estados nos três meses que antecedem o pleito. Para especialistas consultados pelo Estadão, o repasse “massivo” de recursos às vésperas da eleição poderia ser interpretado como medida “casuística” para favorecer Bolsonaro. Há quem pondere, contudo, que é preciso avaliar como o plano será usado pelo presidente na campanha.

— A indicação de Caio Paes de Andrade para o comando da petroleira marca uma ascendência do ministro da Economia, Paulo Guedes, sobre a estatal. Os dois últimos presidentes da companhia (Joaquim Silva e Luna e José Mauro Coelho) são ligados ao ex-ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, exonerado. Resta saber se a equipe econômica do governo resistirá à tentação do Planalto de interferir nos preços da Petrobras.

Toma lá R\$ 64,8 bilhões... Esse é o custo do governo federal – por enquanto – para bancar o pacote de redução de impostos em 2022, para reduzir a pressão sobre os preços dos combustíveis no ano eleitoral. O número é maior que os “R\$ 25 bilhões a R\$ 50 bilhões” previstos por Guedes, no anúncio das medidas, na segunda-feira (6/6). A cifra se divide em:

- R\$ 14,9 bilhões da isenção de PIS/Cofins sobre o diesel e biodiesel (como previsto no PLP 11/2021) + isenção sobre o GLP (em vigor desde 2021);
- R\$ 20,4 bilhões da isenção de PIS/Cofins sobre a gasolina e etanol (como previsto no PLP 18/2022, a ser votado na próxima semana);
- R\$ 29,6 bilhões da compensação aos estados que zerarem o ICMS sobre o diesel (segundo a PEC dos Combustíveis, a ser votada na próxima semana).

... E dá cá um “cheque em branco” de R\$ 398 bilhões Essa é a estimativa da equipe econômica com a liquidação da parcela da União nos contratos de partilha, a partir do projeto de lei de



“privatização” do óleo da União, enviado ao Congresso. As projeções orçamentárias atuais com o óleo da União somam R\$ 40 bilhões, entre 2022 e 2025.

— O projeto proposto pelo governo também desvincula a aplicação das receitas da venda do óleo da União do Fundo Social, criado em 2010, no governo Lula (PT). Hoje, metade dos recursos do fundo vai para as áreas de educação e saúde.

— Na justificativa do projeto, o governo defende a desvinculação de recursos públicos “em prol da flexibilidade orçamentária”. A mensagem – assinada pelo secretário-executivo da Economia, Marcelo Guarany, e pelo ministro de Minas e Energia, Adolfo Sachsida – alega que, se fosse mantida a atual vinculação, haveria uma “sobrecaptação de recursos automaticamente vinculados ao Fundo Social, os quais, pelo elevado volume esperado, além de não encontrarem contrapartida de previsão orçamentária de despesa também não poderiam ser operacionalizados em um único exercício”.

— Para economistas, o projeto – que também tira a Pré-Sal Petróleo S/A (PPSA) dos consórcios dos contratos de partilha – vai antecipar receita futura incerta e representa um “cheque em branco”, já que a destinação dos recursos ainda será definida. Valor

Petróleo abre o dia em alta O Brent para agosto registrava alta de 0,8% às 7h55 desta sexta-feira (10/6). Ontem, fechou a sessão em queda de 0,41%, a US\$ 123,07 o barril, após duas sessões seguidas de ganhos. A queda refletiu os temores sobre uma estagflação geral no planeta e as novas restrições na China para conter a covid-19. Valor

Mubadala quer petróleo mais barato O fundo, que comprou a refinaria Landulpho Alves (RLAM), da Petrobras, na Bahia, tentar viabilizar, via ministérios da Economia e de Minas e Energia, um acordo mais favorável para compra de petróleo da estatal brasileira. Segundo a Folha de S. Paulo, pessoas envolvidas nas conversas dizem que a petroleira fechou as portas para uma negociação.

Compagas contrata novos fornecedores Distribuidora paranaense fechou, em maio, acordo com as comercializadoras Gas Bridge e Tradener, para um projeto-piloto para diversificar a base de fornecedores além da Petrobras. O contrato prevê a importação de até 10 mil m<sup>3</sup>/dia de gás natural da Bolívia, por dez dias, na modalidade interruptível. No entanto, o corte de fornecimento do país vizinho ao Brasil deve atrasar o projeto.

Privatização da Eletrobras movimenta R\$ 33,7 bilhões A ação da companhia foi fixada em R\$ 42, na oferta de papéis da capitalização da estatal elétrica. Foram vendidas 802,1 milhões de ações, entre lote base e suplementar. A participação do governo no comando da companhia caiu de 68,6% das ações ordinárias para 40,3%. Valor

— Entre os compradores das ações, destaque para investidores internacionais, como GIC (Singapura) e CPPIB (Canadá). No grupo de institucionais brasileiros entraram fundos como SPX e Truxt, os já acionistas 3G Radar e Banco Clássico, e firmas como RWC e GQG.

Eneva compra a Termofortaleza, da Enel Brasil, por R\$ 431,5 milhões. A Central Geradora Termelétrica Fortaleza é proprietária da UTE Fortaleza, a gás natural, com capacidade instalada de 327 MW. A usina tem contrato de comercialização de energia com a Coelce, distribuidora de energia elétrica do Ceará, até 2023. O negócio prevê pagamentos contingentes à reconstrução futura da planta, que podem alcançar R\$ 97 milhões.

SAF nos aeroportos O Conselho Internacional de Aeroportos (ACI World) e o Aerospace Technology Institute (ATI), do Reino Unido, lançaram um roteiro para inserir os aeroportos na rota dos combustíveis de aviação sustentáveis (SAF, na sigla em inglês). É parte da formação da cadeia de fornecimento do biocombustível, considerado peça-chave para que o setor de aviação atinja sua meta de zerar as emissões líquidas de CO<sub>2</sub> até 2050.

**Indenização por desmatamento** O Observatório do Clima cobra R\$ 247,3 milhões na Justiça de grandes desmatadores da Amazônia, pelo dano causado ao clima. É o maior pedido de indenização do gênero já feito no país. Os réus já estão sendo processados pelo Ibama pelo desmatamento ilegal de cerca de 14 mil hectares de floresta em propriedades rurais entre 2004 e 2017.

**US\$ 8 bilhões para hidrogênio** O Departamento de Energia dos EUA pretende financiar um programa para desenvolver hubs regionais de hidrogênio limpo (H2Hubs) no país. O governo norte-americano anunciou que o plano é criar redes de produtores de hidrogênio, consumidores e infraestrutura local para acelerar o uso do energético renovável.

**Eólicas offshore associadas a CCS** A Fugro publicou quatro recomendações para viabilizar o uso simultâneo de áreas, no Mar do Norte, para desenvolvimento de parques eólicos offshore e soluções de captura e armazenamento de carbono (CCS)

*Fonte: Agência EPBR de Notícias*

*Data: 10/06/2022*

## BIOGÁS: CHEGOU A HORA DE INVESTIR

Investimentos em biogás e biometano têm vasta demanda e ambiente seguro e amigável para desenvolvimento

*Opinião - 10 de junho de 2022 - Em Colunas e opinião, Mercado de gás, Notícias, Política energética*



*No caso do biogás do setor sucroenergético, o PDE 2031 projeta uma maior inserção na matriz, tanto para geração elétrica, quanto para substituir o diesel (foto: Aggreko/Divulgação)*

O setor de biogás no Brasil segue crescendo em ritmo acelerado. A publicação “Panorama do Biogás no Brasil – 2021”, elaborada pelo CIBiogás (Centro Internacional de Energias Renováveis–Biogás) indica que em 2017 havia em operação no Brasil 271 plantas de biogás, sendo que, deste total, 51 plantas eram

novas. Em 2021, por sua vez, o número total de plantas de biogás em operação saltou para 755 — sendo que, deste total, 102 plantas eram novas.

Neste mesmo período a produção de biogás no Brasil saltou de 1,12 bilhão para 2,35 bilhões de metros cúbicos. No entanto, por ser uma fonte de energia extremamente atrativa do ponto de vista ambiental, foram anunciados recentemente diversas iniciativas e medidas para conferir a segurança necessária e fomentar um desenvolvimento ainda maior do setor.

### Iniciativas regulatórias recentes de fomento

O ambiente de negócios para investimentos no setor de biogás vem se tornando cada vez mais favorável. A Lei nº 14.134/2021 (Nova Lei do Gás) e o seu regulamento, Decreto nº 10.712/2021, estabelecem que qualquer gás que não se enquadrar na definição de gás natural estabelecida na lei tenha tratamento equivalente, desde que aderente às especificações estabelecidas pela ANP — o que é o caso do biometano — criando assim segurança jurídica para os negócios que se podem se utilizar da base legal e regulatória do gás natural.

Em março último, a Presidência da República publicou Decreto nº 11.003/2022, que institui a Estratégia Federal de Incentivo ao Uso Sustentável de Biogás e Biometano. A Estratégia tem os seguintes objetivos: incentivar programas e ações para reduzir as emissões de metano; fomentar



o uso de biogás e biometano como fontes renováveis de energia e combustível; e contribuir para o cumprimento dos compromissos assumidos pelo País no âmbito de convenções internacionais afetas ao tema.

Em atendimento ao referido decreto, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) publicou em 22/03/2022 a Portaria MMA nº 71, que institui o Programa Nacional de Redução de Metano, apelidado de Programa Metano Zero.

Dentre as medidas a serem desenvolvidas pelo programa, se destacam: linhas de crédito e financiamento específicas para, entre outras ações:

- a implantação de biodigestores;
- implantação de sistema de purificação de biogás, produção e compressão de biometano;
- criação de pontos e corredores verdes para abastecimento de veículos pesados movidos a biometano, tais como ônibus, caminhões e máquinas agrícolas;
- alavancagem da utilização ou desenvolvimento da tecnologia veicular;
- desoneração tributária para infraestruturas relacionadas com projetos de biogás e biometano.

Terá grande relevância no programa a criação do mercado de créditos de carbono gerados pela redução das emissões de metano oriundas dos resíduos orgânicos, bem como pela emissão evitada de carbono com a substituição de combustíveis fósseis.

Na esfera estadual, é importante mencionar que diversos estados possuem leis que estabelecem políticas públicas para o biogás e biometano. Alguns estados estabeleceram a obrigação de que parte do suprimento de gás das concessionárias deve ser atendida por biometano.

Além dos programas publicados, está tramitando na Câmara de Deputados o Projeto de Lei nº 3.865/2021, que institui o Programa de Incentivo à Produção e ao Aproveitamento de Biogás, de Biometano e de Coprodutos Associados (PIBB). No Senado Federal, por sua vez, tramita o Projeto de Lei nº 302/2018, que cria incentivos às empresas que produzem biogás, metano e energia elétrica a partir de resíduos sólidos em aterros sanitários.

Na perspectiva ambiental ressaltamos que o Plano Nacional de Resíduos Sólidos estabelece diretrizes, metas e estratégias para a produção de biogás e biometano, uma vez que tal produção além dos benefícios energéticos, ainda oferece tratamento adequado para resíduos sólidos urbanos e rurais, favorecendo ainda mais a necessidade destes empreendimentos. Assim, tais empreendimentos trazem um benefício duplo para a sociedade, posto que geram energia e ainda solução para o tratamento dos resíduos gerados pelas populações urbanas e rurais.

É sempre oportuno lembrar que os empreendimentos para a produção de biogás e biometano tem papel importantíssimo na descarbonização de emissões, uma vez que a sua pegada de carbono é significativamente menor que as fontes de energia conhecidas, o que inclui os combustíveis fósseis e outras fontes renováveis.

### **Outras medidas de incentivo**

Além do fomento trazido pela legislação é importante observar diversas outras características que favorecem os investimentos no setor de biogás e biometano. Dentre estas destacamos:

- demanda crescente de biogás e biometano;
- incentivos específicos nos leilões de energia promovidos pela ANEEL;
- viabilidade técnica e econômica para projetos de pequena, média ou grande capacidade;
- geração de eficiência energética para empreendimentos associados a outros tipos de produção;
- possibilidade de captação de receitas de longo prazo por meio de contratos longa duração, cujo formato dependerá das características do empreendimento;

- receitas oriundas da venda de créditos de metano, cujo mercado será regulado em breve;
- receitas com a venda de CBIOS para a produção de biometano que seja destinado à distribuição de combustíveis; receitas com venda de biofertilizantes.

### Financiamento

Se não bastasse, existem diversos incentivos para financiamento de plantas de biogás e biometano que podem ser financiados com recursos públicos, sendo o principal deles o Fundo Clima, que oferece recursos reembolsáveis ou não reembolsáveis, conforme as características do empreendimento. O financiamento de recursos reembolsáveis é oferecido com termos bastante competitivos. Além disso, para facilitar o oferecimento de garantias para o financiamento pelo Fundo Clima, está sendo criado o Fundo Garantidor do Biogás que reduz o risco de crédito e, por conseguinte, a taxa de juros do financiamento.

### Possíveis estruturas

Outro importante aspecto a ser considerado nos investimentos em plantas de biogás ou biometano é a flexibilidade nos modelos de negócios que estruturam os empreendimentos. Há possibilidade de se estruturar projetos que se inserem na cadeia de valor do próprio empreendedor ou de projetos em parceria com terceiros, com diversos formatos contratuais. Os modelos podem combinar a participação de vários agentes, de modo a distribuir a participação de capital próprio e diluir os riscos.

Os modelos de negócio podem contemplar empreendedores rurais, empresas do setor de energia bem como indústrias e agentes financeiros que tenham interesse de tornar em tornar mais “verde” seu portfólio de ativos ou operações.

Por todos esses motivos, segundo a publicação “Panorama do Biogás no Brasil –2021”, citada anteriormente o potencial teórico da produção de biogás é de 84,6 bilhões de metros cúbicos por ano — quantidade esta que seria suficiente para suprir 40% da demanda interna de energia elétrica e 70% do consumo de diesel. Há portanto, um vasto potencial a ser explorado.

A produção em larga escala de biogás e biometano é uma realidade em diversas partes do mundo. Segundo a publicação “Biogas: Pathways to 2030” publicado pela World Biogas Association em março de 2021, em 2018, a produção na Europa foi de 209 TWh, na China de 84 TWh, nos Estados Unidos foi de 42 TWh.

No Brasil, entretanto, a produção foi de somente 0,42TWh. Tais dados evidenciam o potencial de crescimento para investimentos em biogás.

Em resumo, os investimentos em biogás e biometano têm vasta demanda, um ambiente seguro e amigável para desenvolvimento e flexibilidade comercial e financeira para sua estruturação, razão pela qual podemos dizer que: Chegou a hora de investir.

*Fonte: Agência EPBR de Notícias*

*Data: 10/06/2022*



**JORNAL O GLOBO – RJ**

**PACHECO DIZ QUE CONGELAR PREÇOS NÃO É CAMINHO, MAS PEDE 'FUNÇÃO SOCIAL' DE EMPRESAS**

Presidente em exercício respondeu a pedido de Bolsonaro e Paulo Guedes a empresários para controlar aumento de preços

Por *Camila Zarur* — Brasília



*Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco Pedro Gontijo/Senado Federal*

O presidente da República em exercício, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou nesta sexta-feira que o congelamento de preços “não é o caminho” para conter a inflação. A declaração é uma resposta ao pedido do presidente Jair Bolsonaro (PL) e do ministro da Economia, Paulo Guedes, a empresários do setor de supermercado para controlar o aumento de preços.

Pacheco, que é presidente do Senado, afirmou que “ninguém pretende sacrificar o lucro”. Porém, o senador pediu para, diante da situação de crise econômica do país, as empresas busquem ter “função social” e “fixem preços que sejam justos”.

— Temos uma sociedade de livre mercado e acho que o que o ministro Paulo Guedes reivindicou e suplicou foi realmente a responsabilidade social de todos os brasileiros, na sua atividade produtiva. Ninguém obviamente pretende sacrificar o lucro, nem acredito também em congelamento de preços, não é esse o caminho. Mas a consciência de todos de que temos também que buscar uma função social de todas as empresas, nesse momento, todo mundo ter responsabilidade e fixar preços que sejam justos. Que [empresários] contemplem lucro, mas que não sejam lucros abusivos, que haja competitividade — disse Pacheco.

O senador completou afirmando que o país passa por uma crise econômica:

— É um problema de dois dígitos: de juros a dois dígitos, inflação a dois dígitos e em alguns lugares a gasolina a dois dígitos.

Pacheco deu a declaração durante uma viagem à Paraíba, onde participou do Conselho Nacional do Poder Legislativo Municipal das Capitais (Conalec).

O senador assumiu interinamente à Presidência da República na noite da última quarta-feira, após Bolsonaro viajar aos Estados Unidos para participar da Cúpula das Américas. Os dois primeiros da linha sucessória — o vice-presidente, Hamilton Mourão (Republicanos), e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) — também deixaram o país para não ficarem inelegíveis na eleição deste ano. Os dois são candidatos ao Poder Legislativo.

Em evento promovido pela Associação Brasileira de Supermercados, na quinta-feira, Bolsonaro pediu para que o setor tenha o “menor lucro possível” sobre os alimentos da cesta básica. Guedes, por sua vez, pediu uma “trégua de preços”.

Preço alto: Inflação do café da manhã atinge em cheio o clássico pingado com pão na chapa — O apelo que eu faço aos senhores, para toda a cadeia produtiva, para que os produtos da cesta básica obtenham o menor lucro possível para a gente poder dar uma satisfação a uma parte considerável da população, em especial os mais humildes — disse Bolsonaro na ocasião.

Pacheco deixará a Presidência no sábado, quando Bolsonaro voltar ao país.

Fonte: *O Globo - RJ*

Data: 10/06/2022

### **M. DIAS BRANCO COMPRA JASMINE E AVANÇA NO RAMO DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS**

Com a aquisição, empresa amplia seu leque de marcas, que já reúne Fit Foods, Frontera e Smart, além das tradicionais Piraquê, Vitarella e Adria

*Por Marcelo Mota — São Paulo*

A indústria de alimentos cearense M. Dias Branco comprou a marca Jasmine, de “snacks saudáveis”. Conforme a própria companhia, a operação a coloca na liderança do segmento, que envolve alimentos integrais, orgânicos, sem glúten, sem lactose ou zero açúcar.

– Esta é uma tendência mundial e uma aquisição estratégica para a nossa companhia – disse a respeito da operação o presidente da M. Dias Branco, Ivens Dias Branco Júnior, por meio de comunicado transmitido pela empresa. Segundo ele, o segmento de alimentos saudáveis tem uma taxa de crescimento anual composto (CAGR) estimada em 5,3%, até 2025, bem acima dos 3,6% previstos para indústria alimentícia em geral, em média.

O valor pago não foi informado, mas comenta-se no mercado que a operação movimentou R\$ 350 milhões, número que também não foi confirmado pelas partes envolvidas. O negócio é parte de uma série de movimentações estratégicas que a companhia tem feito nos últimos anos para ocupar mais espaço nesse ramo de alimentação saudável.

Em setembro do ano passado, a M. Dias Branco já havia adquirido a Latinex, que assim como a Jasmine é de Curitiba, no Paraná. Com aquela operação, incorporou ao seu portfólio as marcas Fit Foods e Frontera, de ‘snacks’, e Smart, de temperos, agora incrementado pela Jasmine.

Com mais essa compra, aumenta em 140 a variedade de produtos que sai das linhas de produção da M. Dias Branco, que já tem cerca de 700 itens variados em seu cardápio, entre massas, biscoitos, torradas, farinhas e margarinas. Entre as diversas marcas que já absorveu estão Piraquê, Vitarella, Adria, Fortaleza e Isabela.

A Jasmine tem 95% do seu portfólio composto por produtos veganos. A exceção se deve aos itens que levam mel de abelhas em sua composição. A marca é referência e líder no mercado de granolas, pães sem glúten e biscoitos integrais, conforme a nova compradora informou em comunicado, citando como fontes as consultorias Scantech e Nielsen.

Fundada em 1990 por um casal adepto da alimentação saudável, a Jasmine foi adquirida em 2014 pela multinacional francesa Nutrition et Santé. Agora, a operação está submetida ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 10/06/2022*

### **DEVOLUÇÃO AMIGÁVEL DA CONCESSÃO DO AEROPORTO DE VIRACOPOS PODE VIRAR GUERRA JUDICIAL**

Em carta ao governo, concessionária entende que regras do processo estão sendo modificadas

*Por João Sorima Neto — São Paulo*

O processo amigável de devolução do aeroporto de Viracopos entre a concessionária Aeroportos Brasil Viracopos (ABV), em Campinas, em São Paulo, e o governo federal pode ter uma reviravolta e se transformar numa guerra jurídica. A ABV não aceita entregar Viracopos, o segundo maior aeroporto do país em volume de cargas, sem receber 100% da indenização a que tem direito, estimada em R\$ 4,5 bilhões, segundo pessoas próximas à concessionária.

Em uma carta enviada à secretaria especial do Programa de Parcerias de Investimento, à superintendência de Regulação Econômica de Aeroportos e à secretaria de Fomento

Planejamento e Parcerias, a concessionária faz um alerta sobre mudanças de regras que o governo estaria promovendo com o processo de devolução já em andamento.



**Viracopos: devolução de concessão do aeroporto pode virar guerra judicial — Foto: Divulgação**

As mudanças, segundo a concessionária, estão sendo feitas através da Medida Provisória 1.089, que tratava inicialmente de simplificação das regras do setor aéreo.

Na MP foram incluídas diversas emendas, entre elas o fim da cobrança por despacho de bagagens em voos. Mas também foi incluído um item que prevê que quando houver a relicitação de Viracopos, se o valor oferecido pela nova concessionária não cobrir a indenização que a ABV espera receber, o governo arca com a diferença. Acontece que não há informações sobre como e quando essa diferença será coberta, observa a concessionária na carta.

E a ABV só aceitou devolver o terminal aéreo amigavelmente recebendo 100% da indenização. Com essa mudança, o governo abre um flanco para que o pagamento seja postergado, sem data e valor definido, entende a concessionária, segundo fontes próximas ao consórcio.

O valor preciso da indenização está sendo discutido numa câmara de arbitragem. E o presidente tem que sancionar a MP até terça-feira, com vetos se desejar.

Caso a MP seja sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro, a concessionária teme que o Tribunal de Contas da União (TCU) dê andamento ao processo de relicitação e aceite que o governo pague a diferença da indenização, sem data ou valor especificado. Caso isso aconteça, a ideia da ABV é não devolver o aeroporto e questionar a mudança de regras na Justiça, o que pode estender o processo por anos, diz uma fonte.

"A companhia, acreditando na segurança jurídica, na previsibilidade e na boa fé dos entes públicos, aderiu de "maneira irrevogável e irretroatável, ao processo de relicitação". Portanto, caso não haja quebra das regras pré-estabelecidas, a ABV somente deixará o ativo quando receber integralmente o valor da indenização", diz a carta a qual O GLOBO teve acesso.

Quem vencer a relicitação deverá investir R\$ 4,25 bilhões no decorrer dos 30 anos de contrato. A expectativa era de realização do leilão no terceiro trimestre de 2022, mas já se fala em adiar o prazo por mais dois anos.

O processo de relicitação é um ato voluntário e consiste na devolução amigável do ativo, seguida pela realização de novo leilão e a assinatura de contrato de concessão com a concessionária vencedora do certame. Está previsto na lei 13.448/2017 como alternativa para resolver problemas nos contratos de concessão de rodovias, ferrovias e aeroportos.

O mecanismo permite a continuidade da prestação dos serviços pela iniciativa privada e a manutenção da segurança jurídica dos contratos de concessão.

A BV continua prestando os serviços aos passageiros e empresas que utilizam Viracopos para despachar carga. Viracopos ficou na 10ª colocação entre os melhores aeroportos do mundo no ranking AirHelp Score 2022 divulgado internacionalmente e maio passado.

No ano passado, a ABV reportou lucro líquido de R\$ 276 milhões, revertendo o prejuízo registrado no ano anterior, de R\$ 322 milhões. Foi a primeira vez que a concessionária finalizou o ano no azul desde que assumiu a gestão, em 2013.

Viracopos foi arrematado pelo Consórcio Aeroportos Brasil (TPI-Triunfo Participações e Investimentos S/A, UTC Participações S/A e pela francesa EGIS Airport Operation). O grupo deu lance de R\$ 3,821 bilhões, 159,75% acima do preço mínimo de R\$ 1,5 bilhão para explorar o aeroporto por 30 anos.

Esse é o segundo aeroporto a ser relicitado, após o terminal de São Gonçalo do Amarante (RN), que aguarda o aval do TCU. Viracopos fez parte da primeira etapa do processo de privatização do setor aeroportuário, iniciado em 2012, que inclui Brasília e Guarulhos.

Com a crise na economia a partir de 2014, a modelagem do setor começou a apresentar falhas, devido ao cenário projetado que não se confirmou. Viracopos entrou em recuperação judicial em 2018. O processo foi concluído pela Justiça em dezembro de 2020.

Procurada para comentar a carta, a ABV não se pronunciou.

Em nota, o Ministério da Infraestrutura informou que os argumentos da concessionária não procedem. O entendimento do ministério tem por base análise da Advocacia Geral da União (AGU), que indica não haver “novação jurídica” (mudança de obrigações) na MP do Voo Simples. Ela apenas reitera o que já está previsto na Lei de Relicitação (Lei Nº 13.448/2017) e no Decreto nº 9.957/2019, ambos vigentes, de que o processo de relicitação pode ocorrer antes do fim da arbitragem.

O ministério diz que todos os valores devem ser pagos antes do início do novo contrato – que deve ser precedido de leilão para escolha do novo concessionário. Ou seja, só no momento da “passagem de chave”, de mudança no controlador do ativo, haverá o pagamento dos recursos sobre os quais não há discordância entre o Poder concedente e o concessionário.

"Já no caso dos valores controversos, no qual há divergência entre as partes, eles devem ser pagos quando houver decisão definitiva de que são mesmo devidos", informa o ministério.

**Fonte: O Globo - RJ**

**Data: 10/06/2022**

## PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS SERÁ A 2ª MAIOR OPERAÇÃO EM BOLSA ESTE ANO. CONFIRA RANKING GLOBAL

Levantamento foi feito pela consultoria Refinitiv, que pertence à Bolsa de Londres. Oferta de ações da estatal brasileira de energia só não supera coreana LG

**Por João Sorima Neto — São Paulo**



**Painel de ações na B3, bolsa de valores de São Paulo** Cris Faga/NurPhoto via Getty Images

A privatização da Eletrobras movimentou R\$ 33,7 bilhões com a precificação da ação a R\$ 42. Com o fechamento do dólar a R\$ 4,91, nesta quinta-feira, a operação movimentou assim US\$ 6,8 bilhões, tornando-se a segunda maior operação em Bolsa neste ano.

Considerando que não se trata de um IPO (Initial Public Offering, ou seja, abertura de capital), mas sim um follow on (oferta de ações subsequente), a capitalização é a maior operação deste tipo desde janeiro.

A consultoria inglesa Refinitiv, que pertence à Bolsa de Londres, fez um levantamento das maiores operações com ações este ano, antes do fechamento da operação da Eletrobras. Confira, abaixo, o ranking global.



### 1) LG Energy Solution Ltda - US\$ 10,7 bilhões

Em janeiro deste ano, a maior fabricante de baterias do mundo atraiu demanda recorde por suas ações. A empresa tem valor de mercado de mais de US\$ 98 bilhões, o maior entre todas as outras empresas coreanas listadas, exceto a Samsung Electronics Co.

### 2) Eletrobras - US\$ 6,8 bilhões

A demanda total da operação chegou a R\$ 68 bilhões, muito acima da oferta, e por isso haverá um rateio entre os interessados. A venda da maior empresa de energia da América Latina foi a maior privatização já realizada por meio da Bolsa no Brasil.

### 3) Dubai Electricity & Water Auth - US\$ 6,07 bilhões

Em abril deste ano, a fornecedora de eletricidade e água do governo de Dubai foi listada no Dubai Financial Market (DFM). Foi a maior listagem registrada no Oriente Médio desde 2019, e a primeira transação do tipo de uma empresa pública em Dubai.

### 4) CNOOC Ltda. - US\$ 5,08 bilhões

A maior produtora offshore de petróleo e gás da China lançou suas ações na Bolsa de Xangai após ser banida da Bolsa de Nova York por integrar a chamada "lista suja" de Washington por ligações com militares chineses.

### 5) Citic Securities Co Ltda. - US\$ 4,3 bilhões

A empresa abriu capital na Bolsa de Valores de Xangai, em janeiro, para se tornar a primeira empresa de valores mobiliários de capital aberto por meio de IPO na China. A companhia já tinha aberto seu capital na Bolsa de Hong Kong.

### 6) Life Insurance Corp of India - US\$ 2,7 bilhões

A maior seguradora e maior investidor financeiro doméstico da Índia abriu seu capital na Bolsa de Mumbai em maio passado. Chegou a um valor de mercado de US\$ 71 bilhões. A empresa é familiar e tem participação majoritária no mercado de seguros indiano.

### 7) Samsung Biologics Co. Ltda - US\$ 2,6 bilhões

Braço de fabricação de medicamentos da Samsung Electronics, a empresa ofereceu ações na Bolsa de Seul, em abril passado. O IPO avaliou a empresa em quase US\$ 7,9 bilhões e é o terceiro maior IPO da história da Coreia do Sul.

### 8) Bank of Montreal - US\$ 2,4 bilhões

Oitavo maior banco da América do Norte, a instituição tem ativos de US\$ 1,02 trilhão. Faz gestão de patrimônio e atua como banco de investimento para mais de 12 milhões de clientes.

### 9) American Tower Corp - US\$ 2,1 bilhões

A American Tower Corporation (ATC) é um fundo de investimento imobiliário americano, operador de infraestrutura de comunicações sem fio e de transmissão em vários países do mundo. Está sediada em Boston.

### 10) Borouge PLC - US\$ 2 bilhões

A joint venture entre a Abu Dhabi National Oil Company ("ADNOC") e a Borealis AG ("Borealis"), do setor petroquímico, foi listada na Bolsa de Valores de Abu Dhabi. Foi a maior listagem de uma empresa do setor no Oriente Médio.

### 11) Nordea Bank Abp - US\$ 1,9 bilhão

O Nordea é um grupo líder de serviços financeiros na região do Mar Nórdico e Báltico e opera através de quatro áreas de negócios: Banco de Varejo, Banco Corporativo e Institucional, Gestão de Ativos e Vida e Seguros Gerais. O Grupo Nordea tem cerca de 11 milhões de clientes. Suas ações foram vendidas na Bolsa de Estocolmo.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 10/06/2022

## PRÉ-SAL: O QUE ESTÁ EM JOGO NA PROPOSTA DO GOVERNO DE ACABAR COM PARTILHA NA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO

Expectativa é de arrecadar até R\$ 400 bilhões com a venda da sua parte nos atuais contratos

*Por Manoel Ventura — Brasília*



***O que está em jogo na proposta do governo de acabar com partilha na produção de petróleo***

O governo Bolsonaro prevê arrecadar até R\$ 400 bilhões com a venda da sua parte nos atuais contratos de partilha de petróleo. O modelo rege os contratos de exploração da camada pré-sal, que concentra a maior parte da produção nacional de óleo e gás.

A estimativa consta no projeto de lei encaminhado ao Congresso Nacional na quinta-feira que autoriza a venda dos contratos pelo governo. A concretização dessa receita, porém, só ocorreria após eventual aprovação do projeto pela Câmara e pelo Senado e depois da realização dos leilões.

O texto que trata do pré-sal, junto com a promessa da privatização da Petrobras, é uma tentativa do governo de mostrar que segue na pauta liberal, após medidas como subsídios aos combustíveis e sucessivas trocas na estatal por conta do preço dos combustíveis.

O fim do regime de partilha é um desejo antigo do ministro da Economia, Paulo Guedes, mas que não avançava por resistências do Ministério de Minas e Energia. Com a troca no comando do MME (também por causa da alta dos combustíveis), Guedes conseguiu emplacar a medida a quatro meses da eleição. No MME, está Adolfo Sachsida, ex-assessor de Guedes.

O projeto de lei, que não tem data para ser votado, autoriza a União a vender a sua parte nos atuais contratos do pré-sal, que já estão sendo executados pelas empresas. Atualmente, companhias como Petrobras, Shell, Total, CNPC, CNOOC, Ecopetrol, Repsol, Equinor, Exxon, Petrogal e BP têm contratos de partilha em execução.

### **Recursos no orçamento**

A estimativa de receita do governo considera o valor atual do barril de petróleo, na casa de US\$ 120. O regime de partilha é caracterizado, dentre outros aspectos, pela participação compulsória da União, representada pela estatal PPSA, no consórcio vencedor da licitação do bloco a ser explorado e pelo direito da União à parte do óleo e gás natural obtidos com a respectiva produção.

A União fica com o chamado óleo-lucro, que é o petróleo depois de serem descontados os custos de produção. O que o governo pretende vender agora é a sua parte do contrato, abrindo mão do óleo-lucro, mas antecipando a receita. Até 2025, o governo projeta receber R\$ 40 bilhões pela venda desse óleo, caso o modelo não mude. Os contratos têm duração média de 30 anos.

“Ocorre que a União não possui as mesmas condições de suportar os riscos do negócio do que o particular, nem mesmo de vender o óleo e gás natural com o mesmo grau de aproveitamento do que o privado. Percebe-se, portanto, que a intenção de maximizar as receitas da União pode ser seriamente comprometida, eis que a PPSA fica exposta a atividades de grande complexidade e risco”, argumenta o governo.

A PPSA é uma estatal vinculada ao Ministério de Minas e Energia, e tem por objeto principal a gestão, representando os interesses da União, dos contratos de partilha de produção e a gestão dos contratos para a comercialização de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos da União. Se os contratos de partilha acabarem, a PPSA perde a sua função.

Hoje, grande parte da receita do regime de partilha vai para o Fundo Social do Pré-Sal, e o dinheiro tem como destino prioritário a saúde e a educação. O governo, porém, quer que a arrecadação obtida com a venda dos contratos da partilha não seja destinada para este fundo e diz que os recursos serão alocados no Orçamento público a partir do processo legislativo orçamentário aprovado pelo Congresso.

Maurício Tolmasquim, ex-presidente da Empresa de Pesquisa Energética, critica o projeto.

— O governo está hipotecando o bem-estar das gerações futuras, que poderiam usufruir dessa produção que vai ocorrer ao longo dos anos. É uma escolha imediatista.

Décio Oddone, ex-diretor-geral da Agência Nacional de Petróleo, afirma que a venda será complexa, mas lamentou que o regime de partilha não tenha acabado antes.

— O fato de acabar com o regime de partilha vai permitir a revitalizar uma área da Bacia de Campos. Isso é positivo para as áreas remanescentes dessa bacia no pós-sal, mas no regime de concessão (no qual vence quem faz o maior lance).

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 10/06/2022*

## O ESTADO DE S. PAULO

### O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

#### ‘NAVIOS-USINA’ CONTRATADOS A CUSTO BILIONÁRIO ATRASAM E SÓ DEVEM COMEÇAR A GERAR ENERGIA EM AGOSTO

Para conter o risco de apagão, o governo contratou quatro navios que geram energia térmica à gás por R\$ 3 bilhões, mas ainda não há linhas de transmissão para interligá-los ao sistema de energia

*Por André Borges, O Estado de S.Paulo*

BRASÍLIA - A contratação de quatro navios-usina pelo governo federal, medida emergencial tomada no fim do ano passado para garantir o abastecimento de energia no País, se transformou na mais nova bomba financeira do setor elétrico. Atrasada, a iniciativa ainda não acendeu uma única lâmpada no Brasil, embora tenha impacto bilionário da conta de luz.

Por contrato, esses navios-usina tinham que ter começado a entregar energia no dia 1.º de maio. O prazo era uma condição essencial para justificar um acordo fechado em outubro do ano passado, quando o País estava com a maior parte dos reservatórios das hidrelétricas esvaziada e convivia sob a ameaça de um desabastecimento elétrico neste ano. Não por acaso, o governo federal fez a contratação por meio de um “procedimento competitivo simplificado” ao custo de R\$ 3 bilhões por ano. O plano foi publicar um edital emergencial, sem exigência de estudos técnicos aprofundados e que dispensava processos básicos de licenciamento ambiental.

O resultado é que tudo atrasou. Nenhum navio-usina foi ligado até hoje e sequer toda a estrutura contratada está ancorada na região escolhida.

O projeto é inédito no Brasil. Os quatro navios turcos da empresa Karpowership funcionam como grandes usinas movidas a gás. Ancorados na Baía de Sepetiba, a três quilômetros de distância da costa do Rio de Janeiro, eles devem ser ligados a uma linha de transmissão de energia de 15 quilômetros, que sairia do mar e chegaria a uma subestação de energia na costa. A partir dali, a energia seria enviada para qualquer região do País, por meio do sistema interligado de transmissão de energia. Acontece que não ficou pronto.



**Navio-usina da empresa turca Karpowership; embarcação pode gerar 560 megawatts de potência, energia suficiente para abastecer cerca de 2 milhões de pessoas Foto: Karpowership/Divulgação**

O prazo atual mais otimista prevê o início das operações em 1.º de agosto, ou seja, três meses depois do prazo originalmente exigido e que justificava a geração das térmicas durante o chamado “período seco”, que vai de abril a novembro. Na prática, cerca de metade desse período já terá passado. Soma-se a isso o fato de que choveu bastante neste ano, na maior parte do País, o que já levou o setor elétrico a desligar as

usinas térmicas mais caras e, inclusive, encerrar a cobrança extra das tarifas incluídas na conta de luz do consumidor.

As quatro embarcações da empresa turca Karpowership, que já foram construídas e operam em outros países, são preparadas para gerar 560 megawatts de potência, energia suficiente para abastecer cerca de 2 milhões de pessoas. Mas este não é o único contrato emergencial contratado pelo governo em outubro do ano passado e que está em atraso. Térmicas da empresa Âmbar Energia, que pertence ao grupo J&F, também estão atrasadas e são alvos de pressão do Tribunal de Contas da União (TCU), depois que a Agência Nacional de Energia Elétrica decidiu suspender a cobrança de multa pelo atraso na operação das usinas.

### **Custo**

Para o consumidor de energia, o que sobra é um custo exponencial, estimado em mais de sete vezes o valor médio já contratado em outros leilões. Para bancar toda a energia contratada no leilão emergencial do ano passado (778 megawatts médios), está previsto o pagamento de R\$ 11,7 bilhões por ano para essas empresas. Desse valor, R\$ 9 bilhões serão repassados anualmente às contas de luz.

“Apenas em 2022, com previsão de entrada em operação de 60% dos projetos, haverá um aumento na ordem de 3,3% na tarifa dos brasileiros”, afirma a Aneel, em relatório sobre o tema.

“Isso é um absurdo. Fica evidente que aquela decisão tomada no ano passado pelo governo foi equivocada. Fizeram algo feito tão às pressas que, obviamente, não estão cumprindo o que foi contratado”, diz o coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel/UFRJ), Nivalde Castro. “Dado o custo elevado e o fato de que o contrato sequer foi cumprido, isso deve ser cassado imediatamente. Foi um erro cometido por causa do açodamento e que deve ser cancelado.”

Ao todo, o impacto financeiro sobre o consumidor será da ordem de R\$ 39 bilhões. O custo explosivo é resultado do modelo de contratação, que prevê que essas usinas fiquem 100% do tempo ligadas, e até dezembro de 2025, sob o pretexto de que ajudariam a preservar mais água nos reservatórios, em qualquer período do ano. Só a Karpowership deve receber até R\$ 635 por megawatt-hora, o que equivale a mais de R\$ 3 bilhões por ano.

Por meio de nota, a Karpowership declarou que “foi uma das vencedoras do leilão de energia reserva da Aneel, realizado em outubro de 2021 seguindo todo o procedimento do processo licitatório com uma proposta ética, transparente, inovadora e eficiente para alcançar o principal objetivo do evento: garantir o suprimento e a segurança energética nacional em longo prazo. A energia será gerada conforme demanda e necessidade do país, pelo período de 44 meses.”

“A companhia reforça seu compromisso de que a operação somente começará após todo processo de licenciamento, de acordo com toda legislação vigente e as melhores práticas de sustentabilidade. A empresa ainda esclarece que tem realizado todos os esforços para o

progresso do empreendimento em parceria com o atendimento de todas as demandas das autoridades e respeitando a legislação brasileira."

Segundo a empresa, "trata-se de um processo de licenciamento ambiental simples pelo fato de não envolver construção e montagem, nem alteração permanente do meio ambiente, além do fato de ser temporário. Ao final do contrato tudo será reestabelecido na condição original.

### O que está previsto no projeto dos navios-usina

1. Quatro navios que carregam usinas térmicas movidas a gás ficarão ancorados a 3 quilômetros da costa, na região do porto de Itaguaí, na Baía de Sepetiba, no Rio de Janeiro.
2. Os navios usinas chegam prontos para operar e podem entregar uma carga total de 560 megawatts de geração de energia elétrica, o suficiente para abastecer 2 milhões de pessoas.
3. A entrega da energia produzida pelos navios ocorrerá por meio de uma linha de transmissão com 14,6 km de extensão, que precisa ser construída dentro e fora da água para se conectar à subestação de Furnas, na área do porto de Itaguaí, também conhecida como distrito industrial de Santa Cruz.
4. A partir da conexão com a subestação de Furnas, a energia pode ser distribuída por meio do sistema interligado nacional de transmissão.
5. O projeto tem duração total de 44 meses e prevê que as usinas funcionem o tempo todo e não apenas esporadicamente.
6. A contratação do serviço inédito no Brasil foi firmada pelo governo federal por meio de um leilão "simplificado" realizado em 25 de outubro de 2021. O processo, que ignorou o processo de licenciamento ambiental de qualquer empreendimento, foi autorizado pelo governo do Rio de Janeiro.
7. A empresa turca Karpowership tinha prazo até 1 de maio para concluir a instalação das usinas, conforme estabelecido em contrato, mas o projeto atrasou e, agora, a data projetada é 1 de agosto.
8. O argumento básico da contratação – realizada com preços muito mais altos que a média de mercado – era enfrentar a crise hídrica no País. Ocorre que, com as chuvas e o enchimento dos reservatórios, o acionamento de usinas térmicas caras passou a ser desnecessário.

Fonte: Karpowership, Aneel

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 10/06/2022

### ASSOCIAÇÃO DE SUPERMERCADOS NEGA CONGELAMENTO DE PREÇOS, MAS SUGERE RENEGOCIAÇÃO COM FORNECEDORES

Representante da Abras negou que o setor esteja apoiando congelar preços ou reduzir margens de lucro, como foi pedido por Bolsonaro e Guedes em evento do grupo

*Por Márcia De Chiara, O Estado de S.Paulo*

Um dia depois de um pedido feito pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, em evento da Associação Brasileira de Supermercados (Abras), para que os supermercadistas segurem os preços até o ano que vem, o vice-presidente institucional da entidade, Marcio Milan, negou que o setor esteja apoiando congelamento de preços. Durante o evento, o presidente da Abras, João Galassi, chegou a lançar um desafio para os associados de "nova tabela só em 2023".



*Guedes pediu que supermercados segurem preços até 2023; presidente Jair Bolsonaro também pediu que empresários reduzam lucros para que itens da cesta básica possam cair. Foto: Wilton Junior/Estadão*

"O que estamos pedindo aos supermercadistas é que analisem com maior profundidade os aumentos de preços que estão recebendo, que façam uma negociação à exaustão (com fornecedores)", afirmou Milan ao Estadão. Segundo o executivo, a entidade não está falando de

congelamento “de jeito nenhum”.

O presidente Jair Bolsonaro também fez uma participação no evento do setor supermercadista, falando de Los Angeles, nos EUA, para onde viajou em razão da Cúpula das Américas, e pediu aos empresários que reduzam lucros para que os preços dos itens da cesta básica possam cair. A alta da inflação é um dos focos de preocupação da campanha de Bolsonaro à reeleição.

Em relação a esse ponto, Milan disse que a entidade não está propondo aos associados redução de margens. “Estamos propondo que todos vejam o que é possível fazer, com mais promoções, comprando um volume maior junto à indústria com desconto maior”, explicou.

Segundo ele, a cadeia de abastecimento é complexa para que sejam firmados compromissos de redução de margem e congelamento de preço.

### **Cesta básica**

Diante do momento de “anormalidade” no comportamento de preços, porém, o executivo disse que o setor considera necessário que a cadeia de abastecimento tome medidas para tentar reduzir a inflação.

A pedido do governo, conversas, anteriores ao evento de quinta-feira, tinham sido iniciadas para propor saídas, a fim de reduzir pressões de preços.

As duas propostas encaminhadas pelos supermercadistas foram a redução total dos impostos sobre a cesta básica e a desoneração sobre a folha de pagamento das empresas.

O corte de imposto tem aprovação do governo, mas precisa passar pelo Congresso. “Parece que na segunda-feira teremos novidade sobre isso”, disse Milan.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP*

*Data: 10/06/2022*

## **URUGUAI APOIA POSIÇÃO DO BRASIL SOBRE REDUÇÃO DA TARIFA EXTERNA DO MERCOSUL**

País diz que é necessário “modernizar o bloco e a centralidade de sua agenda externa” para que tenha “formatos e mecanismos flexíveis” para responder às necessidades e interesses dos quatro membros

*Por EFE*

LOS ANGELES - O chanceler Carlos França e o ministro das Relações Exteriores do Uruguai, Francisco Bustillo, assinaram nesta sexta-feira, 10, durante a Cúpula das Américas, em Los Angeles (EUA), uma declaração conjunta na qual o governo uruguaio manifesta apoio à posição brasileira de redução da Tarifa Externa Comum do Mercosul (TEC).

No mesmo documento, o Brasil também se comprometeu a apoiar o pedido uruguaio de modernização do bloco para que cada membro possa negociar acordos comerciais bilaterais com países de fora sem a aprovação dos demais integrantes.

O acordo, cujo texto foi divulgado pela Presidência e pelo Ministério das Relações Exteriores do Uruguai, argumenta que o nível atual da TEC “não reflete as necessidades do bloco e que uma redução contribuirá para melhorar os níveis de competitividade e produtividade”, em referência à proposta de redução horizontal feita pelo Brasil e que está sendo discutida no Mercosul.

França e Bustillo disseram que é necessário “modernizar o bloco e a centralidade de sua agenda externa” para que tenha “formatos e mecanismos flexíveis” para responder às necessidades e interesses dos quatro membros (Argentina e Paraguai são os outros dois).



**Uruguai apoia posição do Brasil sobre redução da tarifa externa do Mercosul Foto: Divulgação**

Brasil e Uruguai países também pactuaram um acesso preferencial, entre si, para mercadorias produzidas em zonas francas e áreas alfandegárias especiais. Além disso, o documento aponta a "importância" de projetos de infraestrutura compartilhada, como o desenvolvimento das bacias da Lagoa Mirim e do rio Quaraí, a segunda ponte sobre o rio Jaguarão e a reforma da Ponte Internacional Barão de Mauá, bem como a viabilidade da

navegação no Alto Uruguai.

Ambos os chanceleres destacaram que a abertura da hidrovia Brasil-Uruguai para o relançamento efetivo da navegação comercial entre os dois países constitui um "passo transcendente" para a integração física bilateral.

A declaração aponta a energia como outro fator-chave para melhorar as relações e fortalecer a integração, dado o aumento do comércio de energia, bem como os avanços na mobilidade elétrica e nas energias renováveis

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP*

*Data: 10/06/2022*

## **BOLSONARO DIZ QUE TETO DO ICMS 'TEM TUDO PARA SER APROVADO' NO CONGRESSO**

Presidente disse nesta sexta-feira que o projeto seja aprovado no Senado 'para baixar o preço do diesel, gasolina e álcool no Brasil'

*Da Redação, O Estado de S.Paulo*

BRASÍLIA - O presidente Jair Bolsonaro disse nesta sexta-feira, 10, que o projeto de lei complementar que cria teto de 17% na cobrança do ICMS de combustíveis, energia elétrica, transporte público e telecomunicações "tem tudo para ser aprovado" no Congresso. Aprovada na Câmara, a proposta deve ser apreciada no Senado na segunda-feira, 13. Caso seja modificada, precisará novamente do aval dos deputados.

"Está sendo discutido no Congresso o projeto de lei que trata de botar um teto no ICMS pros governadores. Aprovando isso, tem tudo para ser aprovado no Senado, conforme reunião com o presidente do Senado e com o presidente da Câmara. Ato contínuo, já tem uma Proposta de Emenda à Constituição onde vamos propor redução dos impostos dos combustíveis. Está bastante adiantado isso, espero que vá para a frente, para baixar o preço do diesel, gasolina e álcool no Brasil", afirmou Bolsonaro em transmissão nas redes sociais.



O pacote anunciado esta semana por Bolsonaro para tentar derrubar o preço dos combustíveis – uma preocupação do comando de campanha à reeleição do presidente – deve custar de largada R\$ 46,4 bilhões aos cofres públicos para para reduzir em R\$ 1,65 o litro da gasolina e em R\$ 0,76 o do óleo diesel, segundo estimativas feitas pelo senador Fernando Bezerra (MDB-PE).

*O presidente Jair Bolsonaro; projeto busca reduzir o preço dos combustíveis em ano eleitoral Foto: Wilton Junior/Estadão - 07/06/2022*

De acordo com dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP) divulgados nesta sexta-feira, a gasolina foi vendida, em média, por R\$ 7,25 por litro na semana passada em todo o País. O preço médio do diesel ficou em R\$ 6,89 por litro.

O custo total do pacote, anunciado a quatro meses das eleições em que Bolsonaro pretende se reeleger, foi estimado inicialmente em R\$ 46,4 bilhões, sendo R\$ 29,6 bilhões fora do teto de gastos, a regra que atrela o crescimento das despesas à inflação, caso o Congresso autorize. O valor será repassado para compensar a perda de receitas dos governadores que zerarem o ICMS sobre diesel e gás de cozinha.

Os outros R\$ 16,8 bilhões são estimativas de renúncias do que o governo federal vai abrir mão de receitas ao zerar tributos federais sobre gasolina. Os valores podem subir com alterações feitas pelos parlamentares. O teto para a equipe econômica é de R\$ 50 bilhões, como antecipou o Estadão.

O projeto é criticado por governadores, que estimam uma perda de arrecadação de até R\$ 115 bilhões, já que o ICMS é o principal tributo recolhido pelos Estados. / COM BROADCAST

Fonte: O Estado de São Paulo - SP  
Data: 10/06/2022



## VALOR ECONÔMICO (SP)

### BRASIL BUSCA FREAR NA OMC O PROTECIONISMO AGRÍCOLA

Tentativa de países de proteger seus mercados agrícolas deve dominar a reunião ministerial na OMC, que começa neste domingo. Outros grandes exportadores, como EUA, Austrália e Canadá, apoiam informalmente a posição brasileira de se opor à ofensiva indiana em favor dos subsídios  
Por Assis Moreira — De Genebra

#### Principais temas da ministerial da OMC

Reunião pode ter a participação de ministros de Comércio de 120 países

##### ■ Estoques de alimentos

Divergências entre exportadores e importadores. Pode sair declaração ministerial sobre segurança alimentar, com mensagens políticas, mas sem compromissos novos. Programa de trabalho em apoio doméstico e outros temas agrícolas ficam para a próxima ministerial em dois anos

##### ■ Resposta à pandemia de covid-19

Divergências continuam, após dois anos de discussões, sobre como flexibilizar mais quebra de patentes para remédios contra covid e, eventualmente, contra futuras pandemias

##### ■ Pesca

Plano de remover subsídios que contribuem para o excesso de pesca continua a causar confrontos. China, Índia e outros países fazem mais exigências para atender seus pescadores

##### ■ Moratória para o comércio eletrônico

Uma proibição em impor taxas de importação em "transmissões eletrônicas" representa dezenas de bilhões de dólares por ano. Alguns países em desenvolvimento acham que perdem muito e resistem até o último momento a renovar a moratória

##### ■ Reforma da OMC

Aborda autorização para flexibilizar o multilateralismo, com potencial para novos acordos plurilaterais (participa quem quiser)

Fonte: Valor

Às vésperas da conferência de ministros na Organização Mundial do Comércio (OMC), o agronegócio brasileiro pediu que o governo de Jair Bolsonaro mantivesse firme reação a posições



protecionistas de um grupo liderado pela Índia, que ameaça bloquear as negociações se não tiver suas demandas atendidas.

Estão registrados 120 ministros para a primeira conferência de comércio após quatro anos, de domingo a quarta-feira em Genebra. Na agenda, temas sensíveis como estoque público de alimentos, flexibilização para quebra de patentes de remédios contra pandemias, corte de subsídios para o setor pesqueiro, e como seguir numa reforma da própria OMC. Tudo isso em meio a tensões, num cenário geopolítico novo e sob tripla crise: alimentar, de energia e financeira na esteira da guerra na Ucrânia e da pandemia de covid-19.

No centro da agenda da reunião ministerial está a questão de programas de estoques públicos de alimentos, que toma mais importância na situação atual de alta inflação e escassez de commodities. Trata-se de instrumentos usados por governos para comprar, estocar e distribuir comida quando necessário. Vários países em desenvolvimento consideram que as regras de subsídios da OMC limitam sua capacidade para comprar comida com preço fixado pelo governo, para formar os estoques por razões de segurança alimentar.

Nas negociações que entram pela madrugada em Genebra, antecedendo a chegada dos ministros, a Índia condiciona qualquer resultado na área agrícola à adoção da solução permanente para os estoques públicos de alimentos que propôs com 75 copatrocinadores.

Esse grupo quer que as regras permitam que todos os países em desenvolvimento deem subsídios ilimitados para formação de estoques públicos para fins de segurança, para qualquer produto e sem limitação desses programas. Não proíbe que os países acabem exportando esses estoques formados para proteger suas populações. Na verdade, encoraja as exportações mesmo em situação de crise alimentar como atualmente.

O Brasil foi o único país exportador a reagir com outra proposta, para limitar essa demanda, acomodar países africanos e outros países vulneráveis, e deixando de fora os grandes subsidiadores agrícolas globais que são a China e a Índia, por exemplo.

Outros grandes exportadores como EUA, Austrália e Canadá, “não colocaram a mão no vespeiro”, como diz um negociador, mas apoiariam informalmente a posição brasileira.

A inquietação brasileira é ilustrada com a reação do agronegócio do país a uma eventual turbulência da Índia, sobretudo, no comércio global sob a roupagem de estoques públicos subsidiados.

O Valor teve acesso a carta enviada pela Associação Brasileira do Agronegócio (Abag) a Bolsonaro, representando 75 empresas, incluindo JBS, Cosan, Raizen, Cargill, Copersucar e outras, pedindo para o Brasil “mostrar protagonismo” no encontro ministerial da OMC.

“As empresas associadas estão extremamente preocupadas com a atuação oportunista de bloco de países, cuja ação poderá vir a trazer maiores problemas à segurança alimentar global, agindo nesse instituto na Conferência Ministerial da OMC”, diz a carta assinada pelo presidente, Luiz Carlos Corrêa Carvalho. “Somos fortemente contrários às propostas apresentadas pela Índia e outros países-membros da OMC, que levariam a uma permissão ilimitada de suportes de preços que distorcem o comércio”, acrescenta carta da Abag.

O agronegócio brasileiro diz que “ao longo da última década alguns países em desenvolvimento cresceram no uso extensivo de diferentes formas de subsídios que distorcem a produção e o comércio, aumentando significativamente a produção de commodities alimentares e gerando enormes estoques controlados pelo governo e por programas sujeitos a manipulação política”.

A Índia endureceu o jogo, como em vezes anteriores, também em outros temas da agenda. Na negociação para reduzir subsídios ao setor pesqueiro, Nova Déli exige um período de transição de

25 anos para acabar a ajuda para pesca artesanal em até 200 milhas náuticas a partir do litoral. Em comparação, outros países pedem prazo entre 5 e 7 anos para subsidiar a pesca artesanal em até 12 milhas náuticas.

Após 20 anos de negociações, não há entendimento nem sobre a definição de “peixe”. Alguns defendem o conceito de “todas as espécies marinhas”, enquanto outros países querem excluir baleias, algas marinhas, focas, crocodilos das regras para controlar subsídios. Um negociador diz que ainda é possível um acordo na semana que vem. “A questão é sob qual forma, talvez esvaziado”, diz.

Também a Índia, África do Sul e Paquistão colocam seu peso na demanda por mais flexibilização para quebra de patentes para produção de remédios contra a covid. Agora, querem incluir uma “cláusula de gatilho”, para que novas regras sejam aplicadas imediatamente no caso de uma nova pandemia. Países produtores resistem.

Igualmente depende da Índia, África do Sul e Indonésia, por exemplo, a renovação da moratória global na imposição de tarifa aduaneira sobre transmissão eletrônica, que ocorre a cada reunião ministerial. Na OMC, tudo é por consenso. Se um país bloqueia, os outros 163 têm de se conformar.

Essa moratória foi estabelecida em 1998 e periodicamente é renovada, para evitar cobrança de tarifa de importação no produto entregue eletronicamente. Não é aplicada em comércio digital com entrega física. Se não houver renovação, os 164 países-membros da OMC teriam imediatamente o direito de impor tarifas sobre qualquer download de software, filmes, música, e-livros, além de levantar questões sobre streaming de música do Spotify e vídeos na Netflix, por exemplo, que cruzam as fronteiras.

Em Davos, recentemente, o ministro de Comércio da Indonésia, Muhammad Lutfi, reclamou: “É uma perda de tempo ter de ir a essa reunião ministerial em Genebra, porque não vai acontecer nada, a situação global não está para acordos”, disse. Na OMC, a avaliação é de que “há luz no fim do túnel”, mas tudo segue “incerto”.

*Fonte: Valor Econômico - SP*

*Data: 10/06/2022*

## **MINA DE COBRE DE PROPRIEDADE DA CHINA NO PERU REABRIRÁ APÓS PARALISAÇÃO DE 51 DIAS**

De acordo com ata de reunião assinada na tarde de quinta-feira, a trégua durará 30 dias e as comunidades e a mina vão se engajar em conversas durante esse período

*Por Agências Internacionais — Lima*



— Foto: Bloomberg

Um grupo de comunidades indígenas peruanas concordou nesta quinta-feira em suspender temporariamente um protesto contra a mina de cobre Las Bambas, da MMG, que forçou a empresa a interromper as operações por mais de 50 dias, o mais longo da história da mina.

De acordo com ata de reunião assinada na tarde de quinta-feira, a trégua durará 30 dias e as comunidades e a mina vão se engajar em conversas

durante esse período.



Las Bambas procurará imediatamente reiniciar a produção de cobre, embora os executivos tenham alertado que voltar à capacidade total levará dias após uma suspensão prolongada.

O Peru é o segundo produtor mundial de cobre e Las Bambas, de propriedade chinesa, é um dos maiores produtores mundiais do metal vermelho. O protesto e a paralisação causaram um grande problema para o governo de esquerda do presidente Pedro Castillo, que está sob pressão para aumentar a economia e lutou por semanas para intermediar um acordo de reinício.

Só Las Bambas responde por 1% do produto interno bruto do Peru.

O protesto foi iniciado pelas comunidades de Fuerabamba e Huancuire em meados de abril, que dizem que Las Bambas não cumpriu todos os seus compromissos com eles. Ambas as comunidades venderam terras à empresa para dar lugar à mina, inaugurada em 2016 e conhecida pelos recorrentes conflitos sociais.

As duas comunidades entraram na mina e se estabeleceram lá dentro, forçando Las Bambas a interromper as operações. Enquanto Fuerabamba foi despejado logo depois disso, Huancuire conseguiu permanecer no interior.

Sob o acordo, Huancuire não vai mais protestar dentro da propriedade da mina. Durante a trégua, Las Bambas também interromperá a construção de sua nova mina a céu aberto de Chalcobamba, que será localizada em terras anteriormente pertencentes a Huancuire.

Na reunião, os líderes comunitários também exigiram empregos para os membros da comunidade e para a reorganização dos principais executivos da mina, a quem culpam por causar conflitos sociais.

Las Bambas concordou com uma "avaliação e reestruturação dos executivos" que participam das negociações com as comunidades locais. Mina Las Bambas, da MMG

*Fonte: Valor Econômico - SP*

*Data: 10/06/2022*

## **AGENDA DE EMPRESAS: ELETROBRAS DEFINE PREÇO DE AÇÃO EM R\$ 42; MME DIVULGA LISTA DE INDICADOS À PETROBRAS**

Confira o que você precisa saber e acompanhar nesta sexta-feira

*Por Valor — São Paulo*

### **Eletrobras**

A Eletrobras fixou preço de R\$ 42 por ação na mega oferta de ações de sua privatização. A companhia vendeu 802,1 milhões de ações, movimentando R\$ 33,7 bilhões entre lote base e suplementar. Com a venda de parte das ações do BNDES e especialmente pela diluição da União com a emissão de novas ações, o governo deixa de ser controlador da Eletrobras, mas terá uma ação especial com direito a veto em algumas questões. As novas ações da Eletrobras começam a ser negociadas hoje na bolsa de Nova York e na segunda-feira (13) na B3.

### **Petrobras**

O Ministério de Minas e Energia (MME) divulgou a lista com os nomes indicados pela União para o conselho de administração da Petrobras. Caio Mario Paes de Andrade é o nome para a presidência, como já havia sido divulgado, e Gileno Gurjão Barreto foi apontado para presidir o conselho da companhia.

### **Furnas**

A Furnas, subsidiária da Eletrobras, subscreveu as sobras de 7,3 bilhões de novas ações ordinárias, emitidas pela Madeira Energia (Mesa), e integralizou o valor equivalente a R\$ 901 milhões. Com isso, a participação de Furnas na Mesa passa de 43% para 72,3%.

### **M. Dias Branco**

A M. Dias Branco firmou contrato para adquirir a Nutrition, titular da marca de biscoitos e pães Jasmine. A operação foi realizada por meio da controlada Latinex.

### **BRF**

A BRF inaugurou sua nova fábrica em Dammam, na Arábia Saudita, capaz de produzir 1,2 mil toneladas de alimentos por mês. A unidade foi comprada em janeiro de 2021, por US\$ 8 milhões.

### **Aeroportos**

O leilão da sétima rodada de concessões aeroportuárias, marcado para 18 de agosto, tem atraído forte interesse do setor privado. O cenário desafiador no mercado de infraestrutura, com forte inflação, juros elevados e incertezas econômicas, não deverá travar a concorrência, segundo analistas ouvidos pelo Valor.

### **Klabin**

A Klabin concluiu os procedimentos finais para aumentar o capital de sua controlada Aroeira Reflorestadora para explorar a atividade florestal em Santa Catarina. A companhia anunciou em março que faria um aporte adicional de 2,6 mil hectares de florestas plantadas, equivalentes a R\$ 87 milhões. Unidade Monte Alegre da Klabin

### **Bradesco**

O conselho de administração do Bradesco aprovou R\$ 2 bilhões em juros sobre o capital próprio intermediários. O pagamento ocorrerá em 30 de junho, com valor líquido de R\$ 0,15 por ação ordinária e R\$ 0,17 por ação preferencial.

### **Multilaser**

A agência de classificação de risco Fitch Ratings atribuiu à Multilaser, pela primeira vez, o rating nacional de longo prazo "AA-(bra)", com perspectiva estável. De acordo com a Fitch, a nota reflete risco médio a elevado na indústria de bens de consumo, contrabalançado por reduzida alavancagem. Drone da Multilaser

### **Pátria**

O Pátria anunciou sua terceira aquisição em 12 meses. A companhia comprou a VBI, gestora especializada em real estate com mais de dez anos de mercado. A transação, cujo valor não foi revelado, vai se dar em duas etapas.

### **Wilson Sons**

A empresa de logística portuária Wilson Sons movimentou 89 mil TEUs (medida equivalente a um contêiner de 20 pés) em maio, queda de 16,3% em relação ao mesmo mês de 2021.

### **CCR**

O tráfego de veículos nas rodovias administradas pela CCR caiu 1,3% em maio, na comparação com o mesmo período de 2021. A CCR Mobilidade registrou avanço de 140,1% no número de passageiros. Já a CCR Aeroportos registrou salto de 248,6%.

### **Sanepar**

O conselho de administração da Sanepar reelegeu a diretoria da companhia para mandato de mais dois anos. O colegiado também autorizou a apresentação de complementação à proposta de acordo judicial com a prefeitura de Maringá e o Ministério Público do Estado, em trâmite no Supremo Tribunal Federal, referente ao contrato de prestação de serviços de água e esgoto.

### **Forum**

Óleo e gás O Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças promove, a partir das 8h30, o XVI Forum Ibef Oil, Gas & Energy. Participam o diretor de relacionamento institucional e

sustentabilidade da Petrobras, Rafael Chaves, e o presidente da Shell Brasil, André Araújo, entre outros. No centro de convenção do Hotel Prodigy Santos Dumont, no Rio.

### **Azul**

Os fundos de investimento geridos pela Capital Research Global Investors (CRGI) reduziram participação acionária na Azul para 9,76%, com 32,7 milhões de papéis preferenciais. A CRGI tinha participação de 10,02%.

*Fonte: Valor Econômico - SP*

*Data: 10/06/2022*

## **YARA FECHA MISTURADORA EM GOIÁS E MUDA LOGÍSTICA NO ESTADO**

Empresa emitiu comunicado interno sobre o encerramento das operações da unidade de Catalão na última segunda-feira

*Por Érica Polo — De São Paulo*

A subsidiária brasileira da Yara, companhia norueguesa que é uma das maiores fornecedoras do mundo de adubos, anunciou nesta semana o encerramento das operações de sua planta misturadora que fica em Catalão (GO). O comunicado distribuído no dia 6 de junho, ao qual o Valor teve acesso, informou que a decisão foi tomada “com base em cuidadosa análise diante do cenário desafiador imposto pelos impactos da guerra na Ucrânia ao setor agrícola”.

O vice-presidente comercial da Yara no Brasil, Maicon Cossa, disse ao Valor que o plano existia antes da invasão russa à Ucrânia. “Revisamos periodicamente a eficiência dos nossos ativos”, afirma. O contexto geopolítico atual trouxe desafios para a empresa norueguesa, que teve que rever sua lista de fornecedores de potássio e fosfato neste ano após as sanções econômicas impostas a Rússia e Belarus.

“Não falta produto [no Brasil], e a empresa vai manter o fornecimento em Goiás, sem impacto negativo com o encerramento em Catalão”, garante. “A decisão faz parte de um plano para melhorar a competitividade”.

Segundo o executivo, a empresa leva em conta a evolução dos modais logísticos e também outros fatores, como o potencial de aumento de vendas em determinada região do país, para definir estratégias periódicas de distribuição. A Yara tem mais de 30 unidades de entrega de adubos no Brasil. A planta de Catalão, disse ele, está fora do padrão atual da companhia.

### **Necessidade de investimentos**

A unidade foi comprada em 2016 e não é uma estrutura nova, diz o executivo. A Yara não informa a capacidade atual da misturadora, que era de 300 mil toneladas anuais à época da aquisição. Para que a planta alcançasse um padrão produtivo no atual nível de exigência interno, a companhia teria que fazer investimento elevados, uma alternativa que agora é menos interessante, segundo Cossa.

A Yara prefere atender os produtores goianos a partir de três outras plantas. Uma delas é nova, terceirizada, e começará a operar em julho em Rio Verde (GO) - o município abriga um novo terminal da Rumo, que liga o Centro-Oeste ao porto de Santos (SP). As outras fábricas da múlti que atenderão os agricultores goianos ficam em Uberaba (MG) e Rio Grande (RS).

A unidade gaúcha está distante, mas a logística para atender parte do mercado de Goiás é competitiva, afirma Cossa. “O que estamos fazendo é trocar uma possibilidade [de fornecimento de adubos em Goiás] por três”, resume ele. Com isso, argumenta, a companhia ganha eficiência.

Como a logística de adubos está atrelada à de grãos, ela está sujeita a fatores como a quebra de safra, que pode ter enorme influência no custo do frete, por exemplo. “As rotas se tornam mais competitivas ou menos de acordo com o fluxo de frete de ida e de retorno”, diz.

Os desafios logísticos no país são ainda mais importantes para a empresa no cenário de 2022. O contexto global acirra a concorrência entre Yara e Mosaic Fertilizantes, braço da americana Mosaic Company para Brasil e Paraguai. Elas disputam a liderança do mercado brasileiro de fertilizantes.

Segundo uma fonte do setor, com as sanções a Rússia e Belarus, a Yara ficou mais mal-posicionada que a concorrente para comprar matérias-primas - a norueguesa compra fosfatos e potássio de terceiros e a Mosaic tem produção própria. Recentemente, a subsidiária da Yara no Brasil disse ao Valor que pretende suprir a demanda no país valendo-se de uma extensa cadeia de fornecedores no mundo.

Apesar do contexto adverso, o lucro global da Yara cresceu 67 vezes no primeiro trimestre, para US\$ 947 milhões, puxado pela alta de preços dos produtos. O volume das vendas no Brasil caiu 3%. O recuo deveu-se ao aumento de preços, que fez com que os produtores adiassem suas compras, diz Cossa.

*Fonte: Valor Econômico - SP*

*Data: 10/06/2022*

## LEILÃO DE AEROPORTOS DEVE ATRAIR GRANDES OPERADORES

Inflação e juros elevados impactam, mas não devem travar concorrência da 7ª rodada de concessões de aeroportos, marcada para 18 de agosto

*Por Taís Hirata — De São Paulo*



*Ronei Glanzmann, secretário nacional de Aviação Civil, diz que inflação impacta, mas não será empecilho ao leilão — Foto: Geraldo Magela/Agência Senado*

O leilão da sétima rodada de concessões aeroportuárias, marcado para 18 de agosto, tem atraído forte interesse do setor privado. O cenário desafiador no mercado de infraestrutura, com forte inflação, juros elevados e incertezas econômicas, não deverá travar a concorrência, segundo analistas

ouvidos pelo Valor.

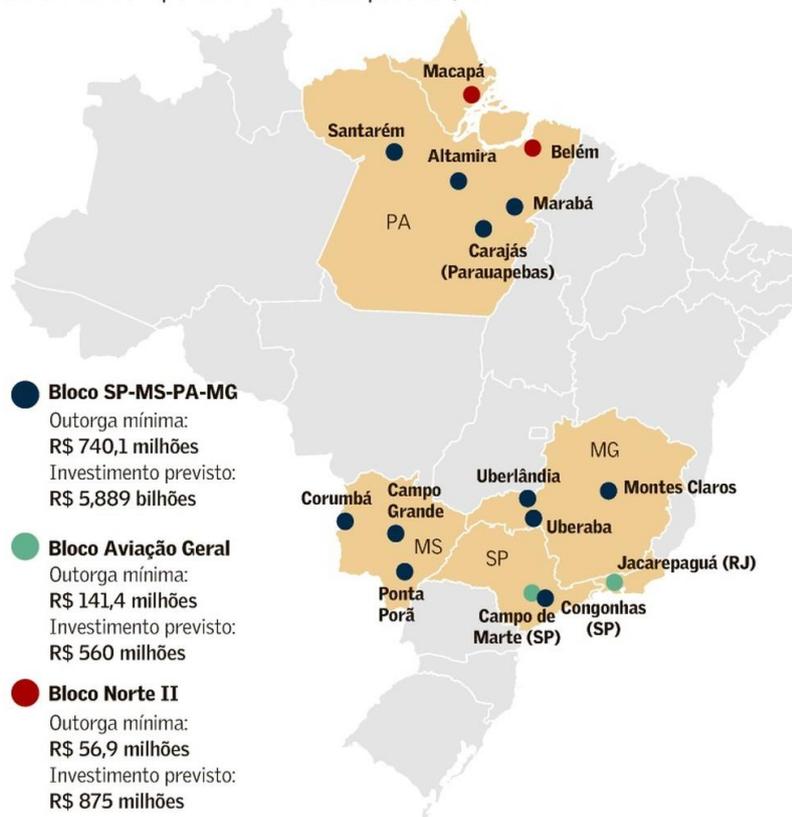
O grande destaque é o aeroporto de Congonhas (SP), considerado uma das “joias da coroa” do governo federal. O grupo que conquistar o ativo terá que levar junto outros dez aeroportos regionais, em Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Pará. Ao todo, o bloco prevê R\$ 5,9 bilhões de investimentos. Vencerá a disputa quem oferecer o maior valor de outorga fixa, cujo mínimo foi fixado em R\$ 740,1 milhões.

“É difícil imaginar que não haverá concorrência por um bloco que inclui Congonhas. Todos os grandes grupos que participaram das últimas rodadas estão analisando”, diz Ricardo Fenelon, do Fenelon Advogados. A expectativa pela licitação do ativo é enorme, segundo Fabio Falkenburger, sócio do Machado Meyer. “Desde que começou esse ciclo de concessões, todos os investidores aguardam por Congonhas. É um ativo com demanda aérea garantida e com um potencial grande de exploração comercial”, afirma.

Para Daniel O’Czerny, responsável pela área de financiamento de projetos de infraestrutura do Citi, a resiliência que os voos domésticos têm demonstrado após o auge da pandemia é outro fator que dá confiança ao mercado.

## Sétima rodada

Leilão de aeroportos é marcado para 18/08



Fonte: Anac, Ministério de Infraestrutura

Alguns grupos são dados como certos na disputa, como a CCR, a francesa Vinci Airports e a espanhola Aena. Outros grandes operadores estrangeiros já presentes no país também são fortes candidatos, como a suíça Zurich Airports e a alemã Fraport. A gestora de investimentos Pátria, que há tempos tenta entrar no setor, não tem mostrado tanto interesse, mas é outro possível interessado.

A entrada de novos atores não é vista como provável, mas, considerando a importância do aeroporto paulista, tampouco é descartada. Grupos como a francesa ADP, a australiana Macquarie e a norte-americana Houston Airport são alguns dos investidores que podem participar.

Os outros dois blocos de aeroportos incluídos na rodada são coadjuvantes, mas também são vistos como atrativos. O bloco Norte, que inclui os aeroportos de Belém e Macapá, prevê investimento de R\$ 875 milhões. Já o bloco de aviação executiva, com o Campo de Marte (SP) e Jacarepaguá (RJ), inclui R\$ 560 milhões.

No caso do bloco Norte, há uma expectativa de atrair operadores de médio porte, como a Socicam. A Vinci e a Aena também são apontadas como candidatas devido a possíveis sinergias com os aeroportos já operados. Em 2021, o grupo francês conquistou um bloco no Norte do país, com aeroportos em Manaus, Porto Velho, Boa Vista e Rio Branco. Já a espanhola opera, desde 2020, seis aeroportos no Nordeste.

O bloco de aviação executiva é visto por alguns como uma incógnita. Porém, a expectativa do governo é bastante positiva, segundo Ronei Glanzmann, secretário nacional de Aviação Civil.

“Temos visto um perfil de empresas totalmente diferente das que costumam participar dos leilões. É um segmento que envolve três negócios: aviação geral, exploração imobiliária e, principalmente em Jacarepaguá, fornecimento de combustíveis. A percepção é que podem haver consórcios multidisciplinares”, diz.

A instabilidade econômica, a alta de juros e a forte inflação de insumos da construção têm prejudicado diversos projetos de infraestrutura neste ano, principalmente no setor de rodovias. No caso do leilão de aeroportos, a percepção do mercado é que os fatores impactam, mas passam longe de tirar a viabilidade.

Glanzmann afirma que o governo cogitou fazer uma atualização dos estudos para corrigir os valores de investimento. Porém, a conclusão foi que o reajuste, que também teria que ser aplicado às receitas tarifárias, acabaria por elevar os valores de outorga mínima. “Acabamos optando por deixar o próprio mercado corrigir. É claro que a inflação afeta, mas não acredito que chegue a ser um desincentivo”, diz o secretário.

O’Czerny, do Citi, explica que as incertezas afetam a estruturação do financiamento e estimulam a adoção de mecanismos de mitigação dos riscos. “A questão para a empresa é qual o custo dessa proteção e se vale a pena garantir esse ‘seguro’ ou não.”

Para Elias de Souza, sócio da Deloitte, o cenário de crise deverá impactar principalmente na atração de novos operadores. “Não me parece que virão grupos novos. O atual cenário macroeconômico demanda mais segurança para eles. É diferente dos operadores que já conhecem os riscos.”

Para uma fonte que acompanha de perto o leilão, a vantagem de projetos aeroportuários na comparação com os de rodovias é que o impacto da inflação é menor. Além disso, há uma maior variedade e um maior peso das receitas acessórias. O’Czerny também observa que a gama de operadores aeroportuários já presentes no país é bem maior do que no setor rodoviário, o que favorece a competição dos leilões.

Procuradas, Vinci e Zurich não quiseram comentar. A CCR diz que está “atenta às oportunidades”. Aena, Fraport e Pátria não responderam. A Socicam afirma que está avaliando os projetos.

*Fonte: Valor Econômico - SP*

*Data: 10/06/2022*

# portosenavios

## PORTAL PORTOS E NAVIOS

### GRUPO BUSCA DIÁLOGO PARA REATIVAÇÃO DO ESTALEIRO INHAÚMA

Por Danilo Oliveira INDÚSTRIA NAVAL 10 Junho 2022



**Arquivo/Divulgação**

Interessados querem apresentar 8 possíveis unidades de negócios identificadas para empreendimento, ocioso desde 2016. Insegurança jurídica em torno do contrato de arrendamento afasta investidores.

Metalúrgicos desempregados da indústria naval fluminense e empresários interessados em empreender no Estaleiro Inhaúma (RJ) afirmam buscar diálogo com a Petrobras para reativação do ativo, que está sem atividades desde 2016. O grupo tenta agendar uma reunião com a diretoria da



companhia, que possui contrato de arrendamento até 2031, a fim de encontrar soluções para viabilizar investimentos e a reabertura do estaleiro, localizado no bairro do Caju, no Rio de Janeiro. O escopo a ser apresentado inclui a reativação dos diques secos para obras navais e industriais, permitindo a criação de novos postos de trabalho formal.

O plano de um dos grupos interessados também prevê a conversão do estaleiro em uma unidade sustentável, reconfigurada como polo de energia, de inovação e tecnologia. "Existem empresas de grande porte que querem replicar a condição de 'green shipyard'. A implantação desses projetos no Inhaúma pode gerar 7.500 a 8.000 novos postos de trabalho em 8 unidades de negócios distintas debaixo do guarda-chuva do grupo que vier", projetou o engenheiro naval Ivo Dworschak, diretor da KPI Engenharia, que busca parceiros para o projeto.

Entre as oito possíveis unidades de negócios vislumbradas para o ativo, estão: reparo no dique 2 e nas oficinas; desmantelamento e reciclagem naval e de materiais no dique 1; instalação de uma planta de hidrogênio para embarcações e ônibus urbanos; unidade de geração de energia; limpeza mecânica e biológica da Baía de Guanabara; e um centro de resposta a emergências offshore, com foco na integridade dos campos e instalações do pré-sal.

O grupo intitulado de 'Comissão dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro' organiza, para o próximo dia 4 de julho, um protesto na porta da sede da Petrobras. O objetivo é reivindicar uma solução para o impasse. Os organizadores dizem que trata-se de um 'movimento pacífico', sem viés partidário ou sindical, para implantar projetos e gerar emprego, renda e, conseqüentemente, arrecadação para os cofres públicos. "Trata-se de uma manifestação pacífica da categoria de trabalhadores da indústria naval em seu pleito legítimo de reabertura dessa importante instalação industrial, ocupada desde 2010 e que está ociosa", comentou um dos organizadores, que prefere não ser identificado.

### **Risco jurídico**

O empreendimento possui área de 321.612 metros quadrados. De acordo com a Petrobras, o contrato de arrendamento firmado com a Companhia Brasileira de Diques (CBD) permanece ativo com vigência até 2031. O grupo RB Capital, pool de empresas financeiras, fez uma operação 'factoring', pagando um montante antecipado para a CBD e ficando responsável pela cobrança do aluguel da petroleira. Fontes ouvidas pela reportagem identificam riscos jurídicos para investimentos privados porque temem que, no momento em que a Petrobras decidir devolver o ativo, possa haver alguma judicialização devido ao sucateamento das instalações durante o período de arrendamento.

A ociosidade e falta de manutenção nos últimos seis anos prejudicaram as instalações do estaleiro, desde as oficinas até os diques, principal e auxiliar, importantes para atividades de construção e reparo naval. Há relatos de equipamentos, como a casa de bombas e o porta-batel, precisando de manutenção. O estaleiro conta com dois diques, um deles considerado um dos maiores da América Latina e outro que eventualmente pode ser utilizado para serviços de reparo. O dique 1 tem 160 metros de comprimento por 25m de largura e o dique 2 tem 350m por 25m.

No campo jurídico, o entendimento é que uma eventual saída da Petrobras do contrato representaria um distrato contratual complexo, ao passo que os investidores precisam da garantia de que não perderão investimentos de longo prazo em caso de transição. Existem grupos internacionais estudando como empreender no estaleiro, mas que só viriam se a Petrobras não estivesse mais associada ao ativo. A avaliação é que esse contrato não pode ser interrompido sem algum tipo de litígio porque a venda desse crédito, na operação de factoring, já foi autorizado.

As fontes acreditam que a CBD aceitaria antecipar o recebimento do estaleiro pela Petrobras, desde que não tenha que devolver os pagamentos já recebidos. "É imprescindível que a Petrobras encerre o contrato de arrendamento do estaleiro para que essas instalações possam ser utilizadas pela iniciativa privada para implantação de empreendimentos industriais que gerem emprego,

renda, qualidade de vida aos trabalhadores bem como arrecadação de impostos”, afirmou um empresário de forma reservada.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 10/06/2022

## CONCORRÊNCIA NA CABOTAGEM NÃO JUSTIFICA ABERTURA DESCONTROLADA, AVALIA ABAC

Por Danilo Oliveira NAVEGAÇÃO 10 Junho 2022



### Arquivo/Divulgação

Durante webinar do CTN-RJ, diretor-executivo da associação, Luis Fernando Resano, também teceu críticas à cobrança de altas taxas de ICMS para transporte marítimo e rompimento de acordos bilaterais do Brasil com Argentina e Uruguai

“Ainda vejo o Brasil de costas para o mar”. A observação foi feita pelo diretor executivo da Associação Brasileira dos Armadores de Cabotagem (Abac), Luis Fernando Resano, durante webinar do 8º Fórum de Debate do CTN-RJ “O Mar: Um caminho para o Desenvolvimento Econômico e Social do País”, realizado na terça-feira (8) pelo Cluster Tecnológico Naval – Rio de Janeiro.

No encontro online, ele se mostrou cauteloso em relação ao programa BR do Mar, que traz uma série de medidas propostas pelo governo federal, via Ministério da Infraestrutura. A princípio, o programa tem como propósito elevar a oferta da cabotagem, incentivar a concorrência, criar outras rotas e reduzir os custos do setor de navegação do Brasil.

Ainda prevê a ampliação do volume de contêineres transportados por ano – de 1,2 milhão de TEUs (unidade equivalente a 20 pés), em 2019, para 2 milhões de TEUs, em 2022 – e o aumento em 40% da capacidade da frota marítima via cabotagem, nos próximos três anos, excluindo as embarcações ligadas ao transporte de petróleo e derivados.

“Será que a cabotagem não tem concorrência, assim como o transporte aéreo?”, questionou Resano admitindo, à Portos e Navios, o “tom provocativo” ao dizer que “no aéreo, temos apenas três empresas, enquanto na cabotagem, temos oito. “Em qual parte podemos dizer que há mais concorrência? Claro que é na cabotagem! Há uma intensa concorrência, diferentemente do que tentam mostrar alguns para justificarem uma abertura descontrolada.”

Para a Abac, a navegação de cabotagem é a melhor alternativa para o transporte de diversos produtos entre os estados brasileiros. Isso porque esse setor movimenta mais de 1 milhão de contêiner de 20 pés, em vários segmentos, e mais de mais 2,5 milhões de toneladas em cargas de químicos, petroquímicos e biocombustíveis, entre os portos do país.

### Aventura marítima

Ainda em relação ao BR do Mar, Resano disse que ainda “é muito prematuro dizer que há gargalos, sem a devida regulamentação”. No entanto, ele se mostrou preocupado com alguns tópicos, ao citar uma ‘aventura marítima’.

“Conceitualmente falando, a ‘aventura marítima’ é um termo que está descrito no Código Comercial Brasileiro (de 1850), considerando que o dono da carga e o armador correm riscos para realizarem o transporte. No entanto, a liberação para embarcações estrangeiras — conforme está previsto no programa — é um risco de perdermos toda a frota brasileira”.

### Acordo bilateral

No debate, também foi citada a perda do protagonismo regional do país, após o fim das transações para o transporte marítimo entre Brasil, Argentina e Uruguai, em maio passado. O governo brasileiro optou pela não renovação dos acordos bilaterais nesse setor, que eram mantidos há muitas décadas.

Esses pactos visavam à movimentação de mercadorias entre portos das nações signatários, preferencialmente, em navios registrados em um dos três países. Terceiro maior parceiro comercial do Brasil, o acordo com a Argentina estava em vigor desde 1985, e com o Uruguai, desde 1976.

Dados da Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia mostraram que 46% de todos os produtos que o Brasil exportou para a Argentina, em 2019, foram transportados por via marítima, e para o Uruguai, 40%.

### Perdas com fretes

Mesmo com a concordância de outros órgãos do governo federal e de instituições ligadas ao segmento das indústrias, sob a alegação de que tais acordos estavam defasados, a Abac se manifestou destacando que cerca de 20% de toda a carga movimentada em contêineres, pelo conjunto das empresas brasileiras de navegação, tinham como origem ou destino portos argentinos ou uruguaios. “Movimentação que, de acordo com a entidade, ajuda a fortalecer a navegação costeira entre portos brasileiros”.

Nesse sentido, Resano acredita que o setor marítimo nacional tem muito a perder quanto à lucratividade do frete: “Quando o transporte é feito por empresas estrangeiras, o frete é pago a eles. Com o rompimento do acordo bilateral, esse mercado foi aberto para as empresas estrangeiras e, por conta dos custos brasileiros, não somos competitivos e perdemos para eles”.

Para ele, outro entrave está ligado à cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços. “O ICMS no combustível marítimo causa diferença de custos em relação às empresas que operam ao longo do curso, em que não há essa incidência de ICMS. Outro ponto é que não existe uma política igualitária de preços do combustível marítimo e rodoviário, no Brasil”, criticou o diretor executivo da Abac.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*  
*Data: 10/06/2022*

## MINÉRIO DE FERRO FOI GRANDE ‘VILÃO’ NA QUEDA DO FLUXO DE CARGAS DO PAÍS

*Por Marjorie Avelar PORTOS E LOGÍSTICA 10 Junho 2022*



### Arquivo/Divulgação

Relatório mensal de infraestrutura da CNI aponta redução de 4% na navegação de cabotagem e de 3% no transporte de longo curso, no 1º trimestre de 2022

Os embarques marítimos do Brasil começaram 2022 muito bem, transportando algo em torno de 122 milhões de toneladas via portos, um volume 3% maior na comparação com os dois primeiros meses do ano passado. No entanto, março

registrou uma queda de 4% na navegação de cabotagem e de 3% no transporte de longo curso. Os dados referentes ao primeiro trimestre são do relatório mensal de infraestrutura da Confederação Nacional da Indústria (CNI), divulgado no dia 1º de junho.



“O principal motivo para a queda na quantidade movimentada pelo Brasil, em março, foi a redução das exportações de soja (17%) e minério de ferro (12%). Esses dois produtos representam cerca de 70%, em termos de quantidade, do comércio realizado pelo país por meio dos portos. No entanto, cabe esclarecer que as exportações de soja mantinham trajetória de crescimento recorde, nos dois primeiros meses do ano. Por sua vez, o minério de ferro já registrava tendência de queda desde o final do ano passado”, informou Ramon Goulart Cunha, especialista em infraestrutura da CNI, à Portos e Navios.

Na visão dele, “é possível dizer que o minério de ferro foi o grande ‘vilão’ na queda do fluxo de cargas do país, no primeiro trimestre de 2022”. “Inclusive, a queda na demanda externa pelo produto brasileiro pode ser observada por meio de outros indicadores. Como foi apontado no próprio documento da CNI, a movimentação de minério de ferro no transporte ferroviário apresentou redução de 9%, em relação a igual período do ano anterior.”

Nas importações, também houve redução do volume de petróleo e derivados (-12%) e de cargas containerizadas (-8%), no primeiro trimestre. “Embora tenham baixa participação no fluxo de comércio externo do Brasil, em termos de quantidade, são produtos que exercem forte influência na cadeia produtiva do país e vêm ganhando notoriedade em razão da conjuntura internacional”, comentou Cunha.

### **Guerra Rússia-Ucrânia**

Cunha ainda atribuiu o cenário a problemas ligados à guerra entre Rússia e Ucrânia: “Existe uma forte preocupação sobre os impactos no fornecimento de petróleo no mundo. Do mesmo modo, a imposição de medidas mais restritivas na China, como forma de conter a pandemia, afeta o tráfego de contêineres no comércio internacional”.

“De qualquer modo, é preciso cautela ao estabelecer uma possível relação de causalidade entre os fenômenos mencionados acima e os resultados do primeiro trimestre de 2022. Primeiro, porque os indicadores são avaliados em relação àqueles observados no mesmo período do ano anterior, portanto, o cenário de referência também exerce impacto no que diz respeito às variações do indicador. Segundo, porque alguns produtos já mantinham trajetórias de queda, em termo de movimentação de carga”, salientou Cunha.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 10/06/2022*



## **MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA**

### **MERCO SHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS**

Agora ficou mais fácil acompanhar as notícias publicadas no InforMS. A publicação enviada diariamente está agora disponível em tempo real no formato RSS.

Para utilizar os recursos de “feeds” é necessário ter um software agregador de notícias instalado em seu computador. Basta inserir o link do arquivo XML do InforMS <http://www.mercoshipping.com.br/feed.xml> no seu agregador para receber as notícias.

Para obter maiores informações consulte as instruções constante no site da Merco Shipping ([www.mercoshipping.com.br](http://www.mercoshipping.com.br)).

*Fonte : InforMS*

*Data : 20/04/2006*